



# RECORTES DE IMPRENSA

## MARÇO 2013



COM O APOIO:





ID: 46380416

22-02-2013

Violência doméstica no distrito de Beja

# Vítima: mulher, jovem adulta e com companheiro

**Num balanço de cinco anos de trabalho, o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAV) do Distrito de Beja dá conta, sem surpresas, de um universo maioritariamente feminino (94 por cento) entre os que recorrem aos seus serviços, com uma percentagem preponderante (48 por cento) de utentes casados ou em união de facto, ao que se seguem os solteiros (29 por cento).**

Comemora-se hoje, sexta-feira, o Dia Europeu da Vítima de Crime, data que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinala "recordando à sociedade portuguesa a sua missão de apoio às vítimas de crime, às suas famílias e amigos, bem como as necessidades das mesmas". Assim, segundo o relatório anual da associação, divulgado na quarta-feira, 20, foram registados, em 2012, 20 311 crimes, mais 10 por cento face ao ano anterior, e a maioria dos quais de violência doméstica. As estatísticas da APAV indicam também que, embora os crimes de violência doméstica tenham aumentado em números absolutos em 2012, sofreram uma ligeira descida percentual face ao total de crimes, passando de 85 por cento (15 724), em 2011, para 83,6 por cento (16 970), no ano passado.

Apesar desta descida, alguns crimes nesta

área demonstraram uma tendência contrária, designadamente o de injúrias/difamação, que mais do que duplicou (mais 861 crimes), e os crimes de natureza sexual, que aumentaram 94,1 por cento (mais 128 crimes), pode verificar-se no documento, onde também há números sobre os maus tratos psíquicos, que representam cerca de 36 por cento do total das situações de violência doméstica, seguindo-se os maus tratos físicos (26,7 por cento).

Na região, esta realidade tem vindo a ser seguida, desde há cinco anos, pelo Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAV) do Distrito de Beja, a funcionar no edifício do Governo Civil, que também divulga um balanço global do trabalho feito na sua folha informativa deste mês.

Sem surpresas, o núcleo dá conta de um universo maioritariamente feminino (94 por cento) entre os que recorrem aos seus serviços, com uma percentagem preponderante (48 por cento) de utentes casados ou em união de facto, ao que se seguem os solteiros (29 por cento). Quanto à relação com o agressor, merece destaque a percentagem dos que são cônjuges ou companheiros (64 por cento), não sendo também de menosprezar as fatias que correspondem à situação de filha/filho (10 por cento) e mãe/pai (seis por cento).

A maioria das vítimas, pode ler-se

também na informação do NAV, situa-se na faixa entre os 25 e os 44 anos (57 por cento), sendo que a ocorrência da violência tende a ser semanal (30 por cento) ou ocasional (30 por cento). Já no tipo de violência perpetrada, é claramente a de natureza psicológica e física a mais recorrente (64 por cento), sobressaindo, quanto ao tipo de ajuda, a informação (21 por cento) e a informação e encaminhamento (35 por cento). Ao longo deste período de cinco anos, foram também oferecidos outros tipos de auxílio, entre

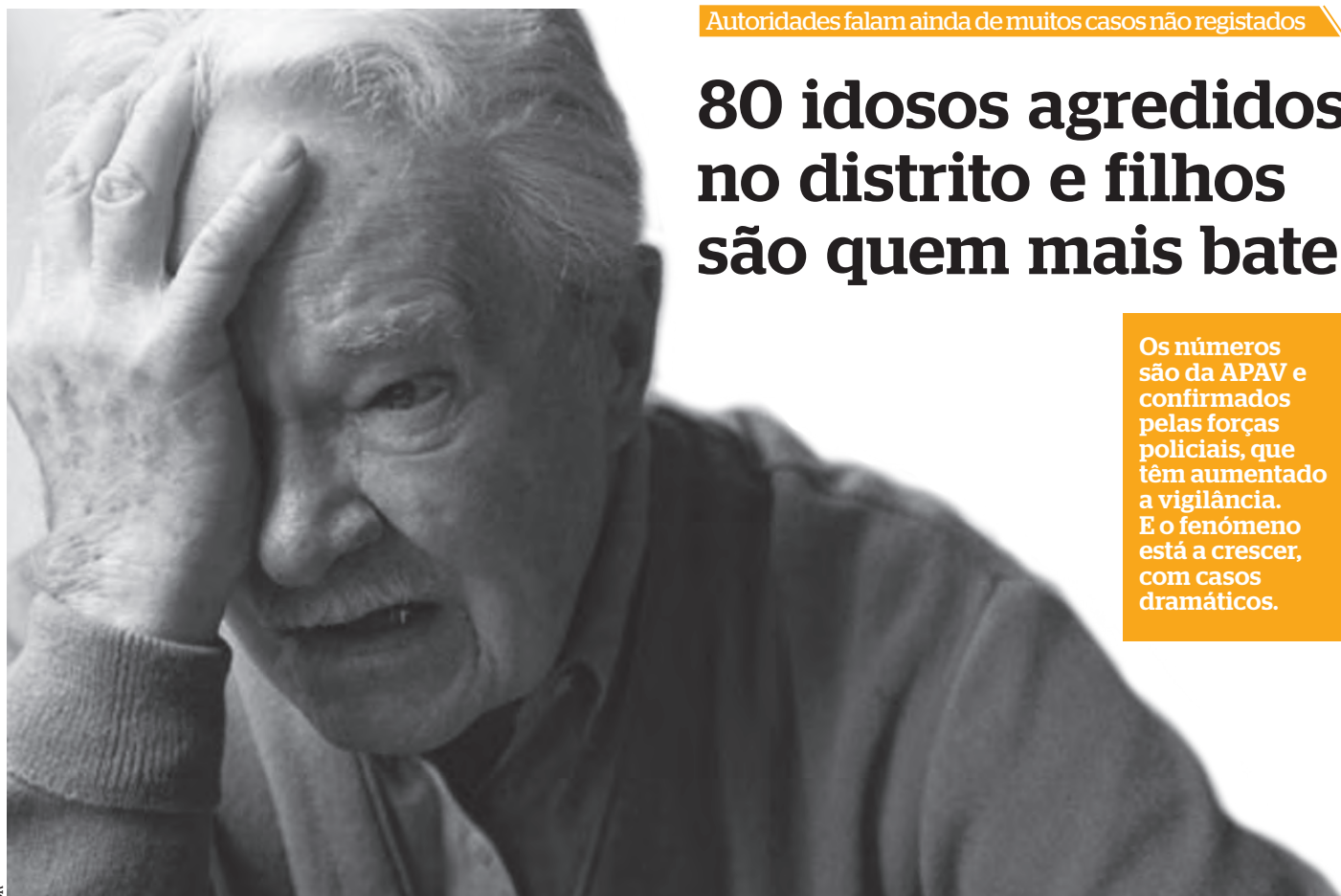
apoio social (15 por cento), apoio jurídico (13 por cento) e valência de Casa Abrigo/Lar (seis por cento).

O NAV de Beja avisa que o "silêncio é uma das armas mais poderosas da violência doméstica" e lembra que dispõe de uma "equipa multidisciplinar constituída por uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada que o/a atenderão com total confidencialidade, presencialmente ou através do telefone". Os contactos: [navbeja@gmail.com](mailto:navbeja@gmail.com); 284341726 ou 968441691. **CF**



ILUSTRAÇÃO PAULO MONTEIRO





Autoridades falam ainda de muitos casos não registados

## 80 idosos agredidos no distrito e filhos são quem mais bate

Os números são da APAV e confirmados pelas forças policiais, que têm aumentado a vigilância. E o fenómeno está a crescer, com casos dramáticos.

DR

Cerca de 40 por cento dos casos de violência deste tipo ocorre entre filhos e pais, enquanto 26,9 por cento regista-se entre marido e mulher, sendo que 80% das vítimas são mulheres

Roberto Soares

Os números oficiais, só por si, já são mais do que suficientes para preocupar as autoridades, mas acredita-se que a realidade seja ainda mais dura: 80 idosos foram agredidos na região, em 2012, sendo a maioria violentada pelos próprios filhos, segundo avança a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Fontes da GNR e PSP admitem que o fenómeno tem aumentado, mas que os militares intensificaram a vigilância, sobretudo, junto da população mais isolada.

O caso de uma idosa de Azeitão que foi encontrada amarrada a uma cadeira, pelo próprio filho com quem vivia, vindo a descobrir-se que era regularmente agredida pelo homem, é um dos exemplos da violência que afectou os idosos no ano passado na região, onde também surge o caso de um idoso, com mais de 80 anos, que deu entrada no hospital do Barreiro com vários hematomas.

Apesar de ter procurado

esconder as agressões físicas infligidas pelos filhos toxicodependentes, garantindo que caía regularmente por falta de equilíbrio, veio a provar-se que era vítima de uma espécie de tortura sempre que não tinha dinheiro para alimentar o vício dos homens, que estão proibidos de se aproximar do pai.

### Policiais falam em «perigo de vida»

«Alguns correm perigo de vida», avisa fonte policial, admitindo que o agravamento da situação social que está a atingir algumas famílias mais problemáticas no distrito, explica o aumento da violência sobre os idosos. «É quase sempre por causa do dinheiro. Quando os pais não dão o querem, acabam por sofrer represálias dos próprios filhos, que descambam em situações muito graves», relata a mesma fonte.

Mas as autoridades alertam ainda para casos em que há grande violência entre os casais de idosos, recordando um exemplo mediático de Setúbal, em que um ancião, de 85 anos, foi detido com um

autêntico arsenal de guerra em casa, sendo agressivo para a mulher e outros familiares (ver caixa), embora este tenha sido um caso de características raras entre as que estão documentadas pela APAV.

A maioria das situações indicam que a relação entre agressor e vítima é de filhos e pais, (quase 40% dos casos), enquanto em 26,9% dos casos ocorrem entre marido e mulher, sendo que 3,1% das situações incidem entre netos e avós, sendo que os idosos que vivem mais isolados acabam também por ser os mais vulneráveis, mostrando as estatísticas que 80% das vítimas são mulheres, entre os 70 e os 80 anos.

«Estamos falar de pessoas reformadas, regra geral, que vivem apenas das reformas e com fracas conhecimentos e baixo nível de escolaridade», diz a fonte da GNR, revelando que «muita gente nem sabe a quem se dirigir ou o que dizer, quando perde o medo e decide apresentar queixa.»

Relativamente à escolaridade, 8,1% dos autores do crime apenas sabiam ler e escrever. Quanto à

### Idoso armado batia regularmente à mulher

Em meados de Abril, um idoso de 85 anos foi detido pela PSP, no bairro da Bela Vista, acusado da posse ilegal de armas, sendo que até os agentes da autoridade ficaram surpreendidos com aquilo que encontraram na casa do homem, na rua Padre Maria Nunes da Silva, quando ali se deslocaram para tentar pôr fim a «mais um caso» de violência protagonizado pelo mesmo ancião, conhecido entre a PSP e os vizinhos por continuar a ser «violento e brigão», apesar da avançada idade.

Além de uma catana, um sabre, quatro machados e três punhais, o idoso guardava ainda 14 facas de vários modelos, duas espingardas, um revólver, duas pistolas de alarme, 57 munições e

uma soqueira, o que, a juntar às acusações de violência, levou os agentes da PSP a procederem à sua detenção. «Representava uma séria ameaça para os familiares que vivem com ele, porque estava muito perturbado, e a PSP não quis correr nenhum risco», explicou na altura fonte próxima do processo, para justificar a detenção. Os agentes encontraram esta espécie de «arsenal» após a denúncia dos mesmos vizinhos que deram o alerta de mais um episódio de violência, no qual o idoso tentava espancar a sua companheira dentro de casa. Um episódio que se terá repetido com alguma frequência ao longo dos últimos anos.

atividade económica, 21,4% estavam empregados, 20,7% reformados e 18,4% desempregados.

Perto de 17% eram dependentes do álcool e 8,1% não tinham antecedentes criminais.



## Mais vítimas de alienação parental

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A IGUALDADE PARENTAL (APIP) entregou no Parlamento uma petição para que seja criado um dia nacional de alerta para este tipo de violência. Com o aumento do número de divórcios crescem os casos de alienação parental, fenómeno também designado de parentalidade agressiva. É para chamar a atenção sobre o assunto que a APIP defende a criação de um dia nacional. Rosa Castro, psicóloga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), diz que tem recebido alguns "casos em que o outro progenitor tenta denegrir a imagem, tenta impedir o contacto, não sendo aparentemente justificado com nenhuma situação de maus tratos anteriores". Rosa Castro explica ainda que "existe uma espécie de campanha por parte do outro progenitor que cria na criança comportamentos de rejeição e de agressividade relativamente ao outro progenitor".





ID: 46412165

01-03-2013

**Sistema é usado desde 2009**

## 152 pessoas tinham pulseira eletrónica

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** Nos últimos quatro anos, os tribunais portugueses aplicaram o sistema de controlo a 262 arguidos

Nos últimos quatro anos, os tribunais portugueses aplicaram a pulseira eletrónica devido a violência doméstica a 262 arguidos, dos quais 152 estavam sujeitos a esta medida de coação no ano passado, segundo dados do Ministério da Justiça (MJ). De acordo com o MJ, há dois tipos de casos de violência doméstica sujeitos a vigilância eletrónica. Num deles, os agressores estão sujeitos a obrigação de permanência na habitação como medida de coação ou como pena, mas que, segundo a tutela, "não tem expressão estatística".

No outro, os sujeitos estão proibidos de contactar com a vítima, apesar de não estarem sujeitos ao confinamento à habitação e que, maioritariamente, são situações de cumprimento de medida de coação. Existem atualmente 118 casos destes. Segundo o Ministério da Justiça, o aumento tem sido gradual desde 2009, ano em que se começaram a aplicar os sistemas eletrónicos, na altura apenas pelos tribunais com jurisdição nas comarcas do Porto e de Coimbra.

O presidente da Associação de Proteção às Vítimas de Crime (APAV), João Lázaro, defende que "a aplicação das pulseiras eletrónicas nos casos de violência doméstica ainda é uma prática que tem de ser mais promovida e disseminada pelas autoridades judiciais e no sistema de justiça criminal". De acordo com o responsável, os números mostram que houve de 2011 a 2012 um aumento de mais de 130%, mas sublinhou que os 152 casos de pulseira eletrónica em 2012 "são um número relativamente ínfimo no universo de crimes de violência doméstica anuais".

Em novembro, a ministra da Justiça anunciou um concurso para a aquisição de mil pulseiras eletrónicas a acrescentar às cerca de 700 existentes.





CASA PIA  
10 ANOS  
DEPOIS



● **Condenados por abuso sexual passaram de 116, em 2002, para 224, em 2011** (pág. 21) ● **Garagem do 'Farfalha' e Seminário Menor do Fundão marcam o País após Casa Pia** (pág. 22) ● **Antiga estrela da BBC envolvida numa rede de pedofilia** (pág. 23) ● **10 anos de Casa Pia em banda desenhada** (págs. 24 a 29)

# Condenações duplicam em 10 anos

**Evolução.** O processo Casa Pia teve o condão de acordar a sociedade portuguesa para o problema dos abusos sexuais de menores. Denúncias e condenações dispararam e instituições tiveram de se preparar para a nova realidade

MARINA MARQUES  
e RUI MARQUES SIMÕES

Os números são expressivos: as condenações por abuso sexual de crianças aumentaram mais de 90% na última década em Portugal, uma situação que reflete a evolução social e institucional na nossa sociedade. A crise e a crescente utilização da Internet são fatores de risco que podem provocar o crescimento deste fenómeno nos próximos anos.

Em 2002, ano em que rebentou o escândalo Casa Pia, foram condenadas 116 pessoas por abuso sexual de menores. Dez anos depois, os dados do Ministério da Justiça denunciavam uma subida de 93%, chegando-se aos 224 condenados. "Os números espelham todas as mudanças que houve na última década do ponto de vista social e institucional", defende Cristina Soeiro, psicóloga da Polícia Judiciária (PJ), uma tendência em linha com a forma como também se passou a ver a violência na família. "Deixámos de ver as mulheres e as crianças como propriedade dos próprios companheiros e maridos e passámos a ver esta realidade como situações erradas que põem em causa o direito da pessoa, da criança." A psicóloga, uma das primeiras a entrar na PJ no início da década de 90, aponta como um dos aspetos positivos do processo Casa Pia "o facto de se debater muito este tipo de problema e de uma forma muito mais aberta na nossa sociedade". Frederico Moyano Marques, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), também reconhece que o processo "trouxe para as luzes da ribalta este problema, que era muito escondido na nossa sociedade".

Ao aumento de condenações corresponde uma subida de quase 60% dos crimes registados pelas autoridades policiais, uma si-

tução que a Judiciária acompanha de perto, dando especial atenção à formação dos inspetores que trabalham nos crimes sexuais.

Cristina Soeiro lembra que quando entrou para a PJ nem existiam brigadas especializadas nesta área; só no início deste século foram criadas, nos departamentos maiores. "A formação em que começámos a trabalhar em 2000 de uma forma mais sistematizada culminou com a produção de um manual de boas práticas orientado só para as crianças, em 2004", explicou ao DN, adiantando que "agora estamos a trabalhar na elaboração de um manual mais alargado para todo o tipo de vítimas de crimes sexuais".

A formação dada aos inspetores abrange várias temáticas. "Uma a que damos mais relevância é como entrevistar as vítimas, reduzindo o dano do contacto com a justiça." E concretiza um pouco sobre o procedimento utilizado: "Trabalhamos várias coisas: como funciona a memória, como se pode ajudar a recuperar a informação, como se pode motivar uma pessoa a partilhar uma forma de violência que a pode ter deixado traumatizada." Salientando que "uma das principais preocupações de quem trabalha no terreno é evitar falar mais do que uma vez com a vítima", Cristina Soeiro explica que os inspetores tentam "trabalhar com empatia, estabelecer uma relação com a vítima, não usar técnicas de escuta ativa, quando a criança faz a revelação usar perguntas que não sejam diretas nem contaminem a perspetiva da vítima".

E para o primeiro contacto com as crianças vítimas de abuso sexual foram criadas salas de espera, para já apenas existentes nas direções de Lisboa e do Porto. É aí que os inspetores tentam, através de algumas conversas e brincadeiras, pôr as crianças mais à vontade e estabelecer uma relação. No



SALA ONDE A PJ INTERROGA CRIANÇAS

#### COMPUTADOR

Numa sala de cores alegres, o computador é usado sobretudo pelas crianças mais velhas

#### ESPELHO DIRECIONAL

Permite que só um inspetor esteja com a criança enquanto outros profissionais acompanham a conversa sem provocar desconforto nos menores

#### MESA

Espaço pensado para crianças mais novas, sendo os desenhos uma forma de comunicação

#### TELEVISÃO E PUFES

Para momentos de descontração, sobretudo quando a espera pode ser prolongada, são passados vídeos de desenhos animados



ID: 46412343

01-03-2013

CASA PIA  
10 ANOS  
DEPOIS



CINCO  
CRIMES  
COM FAMA  
MUNDIAL



DUTROUX, BÉLGICA

Marc Dutroux chocou a Bélgica em 1996, ao ser detido pelo rapto e violação de seis raparigas entre os oito e os 19 anos – e pelo homicídio de quatro delas. Acabou condenado a prisão perpétua em 2004.



CHIPKEVITCH, BRASIL

Sob o disfarce da profissão de psicoterapeuta e pedopsiquiatra que tratava de crianças fragilizadas, o brasileiro Eugênio Chipkevitch, de ascendência ucraniana, violou dezenas de jovens. Foi condenado a 124 anos de prisão.

▶ entanto, a entrevista depois é feita numa outra sala, já sem os brinquedos que, nessa fase, contribuem para as crianças se distraírem.

O responsável da APAV aponta a obrigatoriedade das gravações para memória futura do depoimento das crianças vítimas de abuso sexual como “um passo importante que se deu com as alterações introduzidas em 2007 no Código de Processo Penal”. De resto, Portugal tem na forja outra novidade a este nível: a entrada em vigor da nova diretiva europeia contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil (2011/92/EU), que deverá estar transposta para o quadro legal nacional até final do ano. O País já aplica boa parte das recomendações europeias e as principais alterações deverão prender-se com o reforço das iniciativas preventivas para evitar a reincidência de condenados por abuso sexual de menores (com a aplicação de medidas terapêuticas e de avaliação de perigosidade).

Apesar do caminho percorrido, Cristina Soeiro indica uma lacuna: “Falta-nos uma melhor capacidade de trabalho em rede a nível institucional.” E Moyano Marques alerta para o facto de “a crise económica deixar mais famílias e, consequentemente, mais crianças em situação de vulnerabilidade e para o crescente uso das tecnologias deixar as crianças mais expostas ao mundo”.

#### Mudanças na sociedade

Não foi só no plano legislativo que o País mudou, impulsionado pelo escândalo da Casa Pia. A mudança é mais profunda, e mais pene, foi a nível de mentalidades. “O processo Casa Pia foi um ponto de viragem na sociedade portuguesa, uma chamada de atenção brusca – que teve a ver com a notoriedade dos envolvidos e com a magnitude dos media – que deixou as pessoas assustadas e mais paranoicas”, resume Júlio Machado Vaz, sexólogo e docente universitário.

As mudanças viram-se nas atitudes em sociedade. “Alguns adultos terão pensado que determinados gestos públicos (festas, carinhos) para com crianças podem ser mal interpretados”, explica Luís Fernandes, psicólogo e professor na Universidade do Porto. E alguns pais “passaram a ter mais preocupações com a sua miudagem, numa nostalgia securitária, para evitar os riscos todos”, acrescenta Júlio Machado Vaz.

De repente, o País começou a soletrar um conceito até aí distante: pedofilia. “A sociedade – vi isso nos meus alunos de Psicologia – ganhou um grande interesse pelos temas do risco infantil, da vitimização, do abuso, da pedofilia, que antes eram marginais”, descreve Luís Fernandes. Júlio Machado Vaz recorda outros episódios surpreendentes: “Pacientes meus mostraram uma percepção diferente de coisas por que passaram e falaram de algo que estava enterrado na cabeça até aí. Reavaliaram as coisas de anos passados, pensando ‘é curioso, eu fui vítima de abusos’”.

Pelo meio, percebeu-se que as agressões sexuais, muitas vezes, não vinham de fora, mas “de dentro da família e de círculos próximos”, acrescenta o sexólogo. E a sociedade ganhou “um olhar mais fino e escrutinador sobre instituições e crianças institucionalizadas”, completa Luís Fernandes.

## Do ‘caso Farfalha’ às mais recentes suspeitas sobre a Igreja

**HISTÓRICO.** Dois outros casos de pedofilia marcaram o País após o início do processo Casa Pia. O da rede de abusos montada na garagem do açoriano ‘Farfalha’ resolveu-se de forma célere (em pouco mais de três anos). Já o do Seminário Menor do Fundão veio aumentar a suspeita sobre a Igreja

RUI MARQUES SIMÕES

O processo Casa Pia pôs o tema pedofilia no léxico nacional, mas não foi episódio isolado na última década em Portugal. O açoriano “caso Farfalha” marcou os anos seguintes e resolveu-se rapidamente – em três anos fez-se o que na Casa Pia se anda a fazer em dez. Mais recentemente foram os abusos sexuais no Seminário Menor do Fundão (e o engrossar de suspeitas quanto à Igreja) a abalar as consciências nacionais.

Ao fazer *rewind* sobre o último decénio em Portugal (desde que, a 23 de novembro de 2002, o escândalo Casa Pia começou a chocar o País) não faltam episódios de abusos sexuais a crianças e adolescentes. A maioria ocorre em contexto familiar ou perpetrada por agressores isolados. Neste contexto, o caso mais recente e emblemático foi o do informático lisboeta, de 53 anos, condenado a 19 anos de prisão, em janeiro.

Contudo, o que mais marcou a opinião pública foi o da “garagem de Farfalha”. Tudo começou em novembro de 2003, quando a PJ deteve José António Pavão (conhecido por “Farfalha”), um pintor de construção civil que, a partir de uma garagem em Lagoa (Açores), geria uma rede de pedofilia, frequentada por um médico, um bancário e empresários da região. E ficou resolvido rapidamente: o julgamento fez-se em seis sessões (em março e abril de 2005), 14 dos 18 arguidos acabaram condenados, entre os 18 anos de prisão e os dois anos de pena suspensa, e a sentença transitou em julgado em junho de 2007, enquanto os principais arguidos continuavam na cadeia.

Tão célere resolução ainda hoje é recordada pelos intervenientes no processo. “Tínhamos brio na causa porque se estava a falar mal da justiça do País. E conseguimos mostrar que um processo desta gravidade, num caso de grande melindre, se pode resolver rápido, e que o processo Casa Pia foi a exceção”, recorda, em declarações ao DN,

Carlos Melo Bento, advogado do arguido Mário Jorge Costa (condenado a três anos e três meses de prisão, por um crime de abuso sexual) neste processo.

“Tivemos um comportamento *low profile* para não pensarem que estávamos a pressionar o tribunal através da imprensa. Não usámos habilidades processuais para atrasar o decurso normal do processo. E os magistrados foram extremamente competentes”, explica o causídico. E o resultado foi a rápida resolução de um caso que começou depois... e acabou bem antes do processo Casa Pia.

#### Nuvens negras sobre a Igreja Católica

Bem mais recente – e à espera de resolução – é o caso do padre Luís Mendes, vice-reitor do Seminário Menor do Fundão, detido em dezembro passado, por abuso sexual de menores dependentes, na instituição que dirigia. O clérigo está em prisão domiciliária. E o caso – que se sucede a outros em lares de acolhimento de crianças e jovens – teve consequências mais amplas, colocando na ordem do dia a suspeita de mais casos idênticos no seio da Igreja.

Alvaro de Carvalho, presidente da Rede de Cuidadores – que tem referenciadas sete situações de abusos sexuais, cometidos nos últimos dez anos (dois deles a ser investigados), por padres ou funcionários de instituições tuteladas direta ou indiretamente pela Igreja –, lamenta que “só agora e por maus motivos” o tema chegue à discussão pública. “Por muito que custe a algumas pessoas, houve um destapar de hipocrisias em relação a este drama”, diz ao DN.

Contudo, Manuel Morujão, porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), desdramatiza: “Não chegou à CEP qualquer caso concreto.” “Temos tido uma atitude muito clara e enérgica contra os casos de abuso sexual de crianças”, remata Morujão, garantindo que a Igreja tem em funcionamento os meios necessários à correção e erradicação destes episódios.



Garagem de ‘Farfalha’, local de abusos

#### OUTROS CASOS

##### VILA REAL, 2004

▶ O Lar Juvenil São João Bosco, em Lordelo (Vila Real), foi encerrado em 2004, após a Inspeção-Geral da Segurança Social e do Trabalho ter confirmado a existência de abusos sexuais entre as crianças e jovens lá internadas. Os responsáveis da instituição – gerida pela Santa Casa da Misericórdia da cidade transmontana – ainda foram investigados por negligência, mas o caso nunca chegou à barra do tribunal.

##### PENAFIEL, 2005-08

▶ Em 2005, foram tornadas públicas denúncias de alegados maus tratos e abusos sexuais (praticados pelos rapazes mais velhos sobre os mais novos) na Casa do Gaiato de Paço de Sousa (Penafiel). Porém, o caso acabou arquivado pelo Ministério Público, em fevereiro de 2008, após a investigação se ter revelado inconclusiva: não se conseguiu apurar se os agressores teriam idade para serem imputáveis na altura dos pretensos crimes.

##### SANTARÉM, 2010

▶ Um monitor do Lar dos Rapazes, da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, foi condenado a quatro anos e meio de prisão efetiva, em julho de 2010, por ter abusado sexualmente de dois menores internados. Os crimes tinham sido cometidos de 2006 a 2008, sobre dois rapazes, de 10 e 11 anos. O agressor pôs-se em fuga à justiça desde o início do julgamento.

##### PORTO, 2006-12

▶ As Oficinas de São José, no Porto (que se encontram encerradas desde 2010), estiveram ligadas a vários episódios de abusos sexuais de menores. Além das sevícias que conduziram à morte da transexual Gisberta (perpetradas por jovens da instituição, em 2006), foram a julgamento dois casos de abuso sexual: um entre internos e outro cometido por um empregado de mesa, de 54 anos, sobre dois menores da instituição. Este acabou condenado a dez anos de prisão no ano passado.





ID: 46419394

01-03-2013



PAULO NOVAL

## Os açorianos são um povo violento?

1. De tão distraídos que andamos com a “Grândola” que quase nos esquecemos que nos Açores as coisas não andam nada bem. E não me refiro à crise económica nem ao desemprego; refiro-me à criminalidade e ao sentimento de insegurança cada vez mais elevados, mas praticamente ignorados pelas nossas autoridades políticas.

Nos mais recentes dados fornecidos pela APAV, os Açores colocam-se nos lugares cimeiros no que concerne a violência sobre crianças e idosos. Todas as semanas vão surgindo notícias de crimes e furtos ligados ao tráfico e consumo de drogas, violência doméstica e negligência parental de carácter grave. Sei que a imprensa regional não gosta de pôr estes horrores nas suas páginas, mas, como o meio é pequeno, as pessoas comentam e, infelizmente, acaba por haver versões dos acontecimentos deturpados que denigrem a honra de certas pessoas. Não obstante, o essencial mantém-se: nos Açores, a violência tem contornos muito específicos que obrigam a uma profunda reflexão.

A crise não ajuda mas ela não é também o único fator que explica a razão de tanta criminalidade num meio tão pequeno como

a Região. Há, de certeza, fatores sociais, mas há também fatores culturais que explicam parte dessa violência intimamente ligada à pobreza.

É verdade que a segurança dos cidadãos é da responsabilidade da República, mas o que tem a dizer o nosso Governo Regional, cujo primeiro dever é zelar pelo bem-estar dos açorianos? Como vão as políticas de apoio social e de inserção promovidos pelo atual Governo? Como vão as políticas relativas à toxicod dependência, nomeadamente o fornecimento da metadona que agora até é feito praticamente a domicílio e onde mães vão acompanhadas das suas filhas tomar a “meta”, como se fosse a coisa mais natural do mundo?

Onde estão os valores da fraternidade e do respeito pelos mais velhos, pelas autoridades e pela hierarquia social? Existe solidariedade para além da que existe pontualmente nos dias de recolha do Banco Alimentar? Será que a justiça deixa de existir quando nos incomoda? Serão o egoísmo, o imediatismo e a superficialidade os novos mandamentos do ser humano?

É preciso lançar este debate, pois as reformas de que Portugal e os

Açores precisam não podem ser só económicas; devem ser civilizacionais.

2. Saúdo a resposta de Maria Teresa Amaral e Hermano Oliveira, no artigo do dia 8 do mês de fevereiro, publicado no DI. Não sendo dono da verdade, estava à espera que refutassem o meu artigo com dados concretos sobre o programa Oportunidades: absentismo, indisciplina, casos de sucesso e de reintegração social. No entanto, não passou de um texto repleto de bons princípios – fazendo lembrar aqueles programas elaborados no quentinho de um gabinete –, mas cujo contexto de sala de aula trata de comprovar que nem tudo o que idealizamos se concretiza.

O princípio de tratar diferente quem é diferente nem sempre resulta. O Ensino Especial é de facto uma medida acertada para quem realmente é diferente. No caso dos “OP”, a diferença tem que ver com a situação socioeconómica e/ou familiar do aluno. Assim, a estratégia passaria por criar igualdade de oportunidades e não uma diferenciação, que acentua ainda mais a situação dos alunos já de si desigual face à restante sociedade. Já muitos programas foram criados para

alunos com esse perfil. Para além de não resultarem, vão sempre baixando a fasquia da exigência e do rigor. É bom que os contribuintes e pais saibam que o atual objetivo seja o de os manter na escola até aos 18 anos. Não interessa o para quê.

Por isso, a DRE, para criar um programa que respondesse realmente ao problema desses alunos, precisaria de uma equipa multidisciplinar, com assistentes sociais, psicólogos e IPSS – profissionais e instituições vocacionados para lidar com famílias carenciadas ou problemáticas. E, sim, o ensino profissional é mesmo indicado para alunos com pouco apreço pela escola. Mas, para tal, é preciso dar condições às escolas e orientações curriculares bem precisas sobre o que se pretende. O argumento da autonomia das escolas mais tem servido de desculpa para as incapacidades dos agentes políticos e dos especialistas do “eduquês” do que propriamente para melhorar o trabalho das escolas e a formação dos alunos.

Tirar os jovens da rua é louvável. Porém, trazer os problemas da rua para a escola não resolve nada: de um problema passa-se a ter dois. **di**



## APAV promove workshop

●●● A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima dinamiza **hoje** um workshop de prevenção da violência sexual junto dos estudantes do ensino superior. A sessão tem lugar no auditório da Escola Superior de Tecnologias de Saúde de Coimbra, pelas **14H30**.



## Prevenção da violência sexual

AAPAV dinamiza hoje, a partir das 14h30, no auditório da Escola Superior de Tecnologias de Saúde de Coimbra, um “workshop” sobre prevenção da violência sexual junto dos estudantes do ensino superior. A sessão tem a duração de duas horas, é gratuita e insere-se no âmbito do Projecto Unisexo – prevenção da violência sexual no ensino superior, que está a ser dinamizado no Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra da AAPAV.



### Repsol apoia cinco instituições de solidariedade social

A Repsol Portuguesa assinou na semana passada um protocolo a favor de cinco instituições de solidariedade social, no âmbito do projeto "Cartão Solidário" para o ano de 2013. Além desta assinatura, o presidente e administrador delegado da Repsol Portu-

guesa, António Calçada de Sá, entregou os donativos no valor de 77.201 euros a cinco instituições de solida-



riedade social (APAV, Coração Amarelo, Terra dos Sonhos, CrescerSER e Sorriso Solidário), e que foram obtidos

em 2012 com o projeto "Cartão Solidário" da Associação Sorriso Solidário. A cerimónia contou com a presença do secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa (na foto).

A Repsol associou-se a esta projeto, o que fez com que todos os seus clientes titulares do "Cartão Solidário" e que utilizaram este cartão obtivessem um desconto de quatro cêntimos por litro, em todas as estações aderentes da Repsol, e ao mesmo tempo apoiassem, com um cêntimo por litro, estas cinco instituições de solidariedade social.



# Filhos da violência

Todas as crianças têm direito a crescer com amor, sob o cuidado dos pais.

Mas nem sempre é assim. Em 42% dos casos de agressões entre casais, há miúdos no meio, a assistir na primeira fila, e a sofrer em silêncio. Eis a história de quem é, sempre, o elo mais fraco

POR TERESA CAMPOS, RICARDO FONSECA E ROSA RUELA

**T**em corpo e discurso de crescido, mas é apenas um miúdo. Aos 14 anos, Ricardo não esquece o episódio que ditou o final da sua infância. O divórcio dos pais saíra havia apenas uma semana. Era a véspera dos seus anos. Dos seus 11 anos. «Lembro-me de o meu pai querer entrar lá em casa à força, de a minha mãe tentar impedi-lo e de ele lhe ter batido.

Eu agarrei no meu irmão e fugimos para o meu quarto, cheios de medo. E depois a polícia foi lá a casa.»

Era a primeira vez que Nuno, hoje com 39 anos, passava ao ato e agredia a sua ex-mulher, Ana, mais nova um ano, provocando-lhe um traumatismo craniano e uma série de rasgões nos músculos junto da costela superior (o que obrigou a uma cirurgia, com a aplicação de uma prótese, e dores num braço para o resto da vida).

A queixa à polícia seguiu os seus trâmites, enquanto o processo de Ricardo e do irmão mais novo foi entregue ao tribunal de família. Condenado por violência doméstica com pena suspensa, Nuno não perdeu tempo a apontar o dedo a Ana, acusando-a de não o deixar ver os filhos.

«O nosso pai dava-nos tudo o que lhe pedíamos, mas não nos ligava quase nada», explica Ricardo, sobre o facto de ter deixado de querer estar com Nuno.

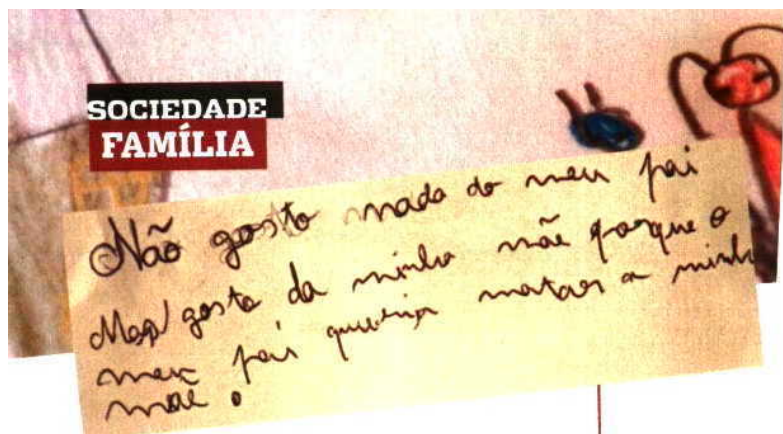




As queixas são antigas, ainda os pais eram casados: «Uma vez, o meu irmão adoeceu e, por causa disso, a minha mãe decidiu ficar em casa. Só que o meu pai queria levá-lo para casa dos meus avós, e acabou a encostar a minha mãe contra a parede.» Nessa altura, Nuno descontrolava-se muito: «Batia no meu irmão só porque não se despachava...» A Ricardo, isso nunca aconteceu: «Quando ele gritava, eu despachava-me logo, com medo.»

Hoje, o tribunal de família já desistiu de culpar a mãe – e prepara-se para avaliar a relação de Nuno com os filhos. Ou melhor, com o miúdo mais velho, já que o mais novo, hoje com 8 anos, voltou a passar algum tempo com o pai, desde há dois meses. «É bom para ele, porque sente a sua falta e não entende o que aconteceu», avalia Ricar- ►





► do. Uma pausa depois, lá vem a confissão: gostava que Nuno fosse «um pai como deve ser». Silêncio. «Mas como não posso mudar as pessoas, estou melhor assim...»

### DAR UM MURRO NA MESA

Foi a pensar em miúdos obrigados a viver num ambiente hostil, testemunhando agressões entre os pais, que a Comissão de Igualdade de Género (CIG) lançou a mais recente campanha contra a violência doméstica. «Em 2011, 42% dos casos foram presenciados por menores», revela Marta Silva, coordenadora do núcleo de violência doméstica da CIG. «São quase metade.» Sob o slogan «Em vossa defesa, dê um murro na mesa», a campanha mostra uma mãe a questionar o médico sobre as reações estranhas do filho. O clínico devolve-lhe a pergunta: «Há quanto tempo é que o seu marido lhe bate?»

É o retrato da vítima-tipo: mulher, casada e com filhos. «Impõe-se acabar com a crença de que 'ele é mau marido mas é bom pai', porque os efeitos sobre as crianças são muito nefastos», defende Marta Silva, recusando críticas à campanha. «A nossa intenção é pôr as pessoas a falar do assunto.» Curiosamente, a mesma motivação que levou o produtor Tino Navarro a escrever o argumento de *Quarta divisão*, filme realizado por Joaquim Leitão, que estreou a 28 de fevereiro: «Gostava que convidasse à reflexão: não há nada mais mise-

‘Os meus pais estão **SEMPRE A BRIGAR** porque o meu pai passa a vida no café em vez de ir procurar trabalho’

João, 10 anos, no 3.º ano de escolaridade

rável do que alguém ser maltratado por quem mais ama.»

Seja no consultório médico, seja na polícia ou na escola, tem havido avanços nos últimos anos. Como em muitos casos, o primeiro passo é fazer queixa às autoridades, as esquadras de polícia tornaram-se chão muitas vezes pisado para estas vítimas e para os seus filhos. E os agentes ganharam uma sensibilidade especial à situação. «Mesmo que a mãe seja a principal vítima, não podemos esquecer que a criança também sofre maus-tratos psicológicos», sublinha o primeiro-sargento Carlos Daniel, chefe do núcleo de Lisboa do projeto de Investigação de Apoio a Vítimas Específicas. Um miúdo entrevistado no gabinete que o agente ocupa no posto da GNR da Malveira (Mafra) encontra ali bonecos de peluche, um «saco mágico»

com brinquedos e até um computador portátil. «Se vir que vai ajudar, empresto-lho um bocadinho», sorri o militar.

Carlos Daniel sabe também que, quando a violência é extrema, a criança aparece muito mais assustada do que a mãe, «o que é natural, até por não estar habituada ao mundo dos adultos». Para minimizar o impacto nas vítimas na ida à polícia, o militar trabalha à civil, sem farda – e não estende as conversas por mais de vinte minutos, meia hora.

Estas boas intenções só não se concretizam quando o telefone toca na esquadra. Veja-se a história de João, 13 anos, e recuemos até ao dia em que a mãe, Cristina, 41 anos, contabilista, gritou «Chama a polícia!» e ele viu o irmão mais velho ficar petrificado. João correu ao quarto, onde escondera um telemóvel que o pai não conseguira tirar-lhes, e ligou para o 112. Do outro lado da linha, não acreditaram quando começou a contar, atabalhoadamente, que o pai estava a bater na mãe outra vez. Então, arriscou ir com o telefone na mão até à sala, onde os gritos eram tantos que o interlocutor já só pediu a morada daquele apartamento em Sintra.

O desenho de Rui deixa perceber um dos vários episódios de violência doméstica que foi obrigado a testemunhar.

O menor retratou o pai a **AGREDIR** a mãe **COM RECURSO** A UM OBJETO.



### A VEZ DAS ESCOLAS

Ao lado das polícias, na partilha de unidades de sinalização e denúncia, estão as escolas – como referiu Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parla-



mentares e Igualdade, quando foi lançada a campanha da CIG: «Em 2011, 23,9% das situações foram reportadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens pelos estabelecimentos de ensino.»

Fátima Souto, diretora técnica do IDEIA – Instituto para o Desenvolvimento Educativo e Integrado na Ação, uma IPSS em Tires, Cascais, sabe bem disso. Com 700 crianças nas valências de primeira infância, pré-escolar e primeiro ciclo, mais do que uma vez viu miúdos «a reproduzirem modelos» de violência através de bonecos, levando-a a atuar. «Se a escola não quiser saber [o que se passa], é dramático», diz. Alda Fonseca, técnica daquela instituição que também colabora com agrupamentos do concelho, só lamenta que agora os professores estejam, em geral, menos disponíveis. «Hoje, reage-se muito ao comportamento, aplicando-se castigos, em vez de se procurar a origem do problema.»

É quando as vítimas chegam aos hospitais, esmurradas e com os filhos a tiracolo, que os casos mais impressionam. «Na maioria das vezes, as mães vêm pedir tratamento enquanto os filhos estão na escola. Mas se a agressão é recente, acabam por trazê-los», conta Piedade Pinto, enfermeira especialista da unidade de recolha de provas forenses, no Centro Hospitalar Médio Tejo, em Abrantes, o único do País na área da violência doméstica. Das vinte mulheres que ali apareceram no último ano, uma mão-cheia levava crianças: três eram bebés, as outras mais crescidas. «Lembro-me de uma dizer à mãe: "Tu não podes continuar com ele..."»

## AMOR, FAMÍLIA, SORRISOS...

São testemunhos de muito valor. Feitas as queixas às autoridades policiais, ou na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), o processo segue para o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), momento em que se torna fundamental ouvir as crianças. É por isso que existe uma sala batizada de DIAP Júnior, com palavras escritas nas paredes de cores alegres: Amor, Família, Sorrisos... Ao centro, há uma mesa com jogos infantis.

Garantir depoimentos para memória futura, explica a magistrada Maria Filomena Alves, é um dos procedimentos obrigatórios. «É muito importante acautelar a espontaneidade do relato das vítimas.» O DIAP conta, também, com ou-

## O elo mais fraco

Os dados das polícias e da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco mostram um aumento do número de menores expostos a ambientes familiares violentos

VALORES DE 2011

### NÚMERO DE VÍTIMAS Filhos/enteados



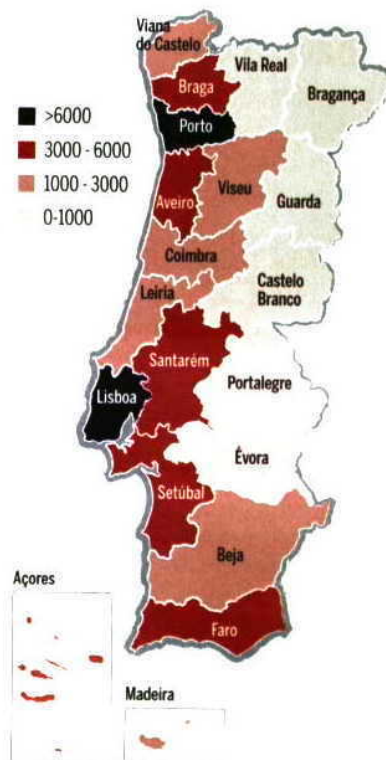
### CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



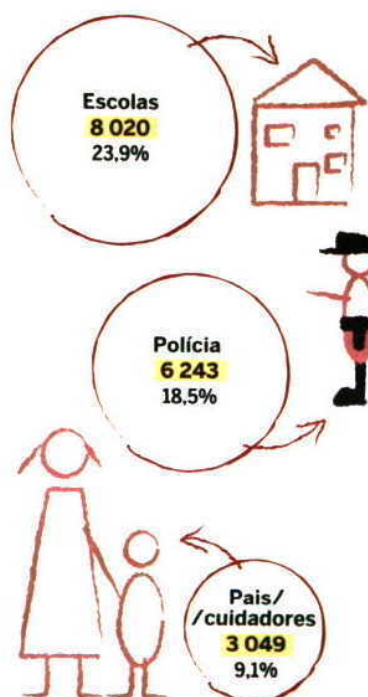
### CAUSAS QUE JUSTIFICARAM A CLASSIFICAÇÃO DE «AMBIENTE DE RISCO PARA OS MENORES», POR PARTE DAS AUTORIDADES



### NÚMERO DE PROCESSOS DE MENORES EM RISCO



### COMO AS DENÚNCIAS CHEGARAM À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE MENORES



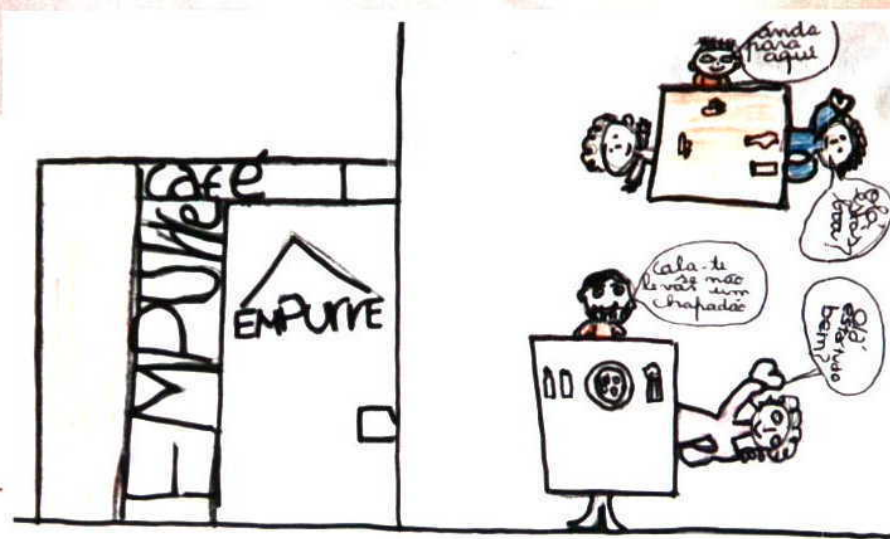


## SOCIEDADE FAMÍLIA

### O pai **BATIA MUITO** na mãe quando chegava bêbado a casa.

Estava sempre a ameaçar a mãe, até no café. A menina nunca queria ir com eles porque tinha vergonha e medo de apanhar tarefa por defender a mãe.

Joana, 8 anos, no 2.º ano de escolaridade



► tros especialistas. «Tentamos preparar as crianças para o que vai acontecer durante o interrogatório conduzido pelo juiz», explica a psicóloga Mariana Saramago. «O facto de terem de relatar a mesma história a várias pessoas acaba por contribuir para a revitimização.»

Aprocuradora que coordena a Unidade de Combate à Violência Doméstica defende uma abordagem especializada quando as vítimas são crianças. «Trata-se de casos complexos, que envolvem muitas emoções contraditórias», nota Maria Filomena Alves, salientando que esses processos habitualmente levam um carimbo de «urgente». De março de 2010 a outubro de 2012, foram deduzidas 391 acusações pelo DIAP de Lisboa. Esses processos resultaram em 136 condenações e 93 absolvições. «Muitas vezes, as vítimas arrependem-se da queixa e optam pelo silêncio em tribunal.»

#### AS TESTEMUNHAS

Quando a violência se torna extrema, a solução mais imediata é encaminhar as ví-

### Conselhos Esteja alerta

**Todas as crianças que crescem numa casa onde existe violência doméstica sofrem com isso. Saiba o que deve fazer:**

- » Dê-lhes apoio e ouça-as
- » Fale com um profissional de saúde, pediatra ou psicólogo
- » Certifique-se de que os miúdos sabem que não são culpados
- » Diga-lhes para se afastarem, se as agressões decorrerem na sua presença

timas para casas-abrigo, de forma a oferecer-lhes proteção e apoio. A crer nos relatos, a maioria das mulheres que ali chegam sentem que estão a fugir do inferno. Com a roupa que tinham vestida e as crianças nos braços, deixam para trás dias infelizes de tortura, física e psicológica.

«Os filhos são sempre o fator mais importante para uma mãe apresentar queixa ou sair de casa», acredita Mário Jorge Silva, psicólogo e diretor do Espaço V, um gabinete de acompanhamento a vítimas de violência doméstica, em Cascais. «Há mulheres que não saem, porque receiam não ter condições económicas para os sustentar. Em classes mais favorecidas, temem que o marido arranje um advogado tão bom que lhes tire as crianças.» Mas, ao fim de muitos anos de agressões, quando um menor se torna também vítima do agressor, a mulher decide-se. «Pensa: 'Está a chegar ao meu filho, tenho de fazer alguma coisa para acabar com isto'», conclui o psicólogo.

Os efeitos não se fazem esperar. «As crianças que testemunham a violência têm uma perceção clara do que está a acontecer, e vão, a curto prazo, dar sinais de que algo não corre bem na sua vida», nota Alberta Silva, coordenadora do centro de atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV). «A violência contra uma mãe é sempre contra os filhos», defende, lamentando que quando as crianças não são vítimas diretas, é mais difícil o tribunal de família perceber o impacto que o contacto com o agressor pode causar. «Como todas as crianças devem ter um pai, entende-se que não se iniba esse contacto. Mas pode não ser assim. A criança arrisca-se a continuar a ser vítima de violência indireta, mesmo depois de os pais se separarem.»

#### 'HOMEM QUE AMA NÃO BATE'

A frase de Maria ficou para sempre gravada na memória da mãe. As palavras da criança, então com 8 anos, foram ditas

Cristina fugiu com a mãe para uma casa abrigo, onde esteve durante alguns meses.

### Foi a única forma de **ESCAPAR ÀS** **AGRESSÕES** do pai.

Este é o seu retrato da família – a criança surge sem rosto no meio dos pais







enquanto tentava segurar as lágrimas: «Temos de sair daqui, não podes aguentar mais isto.» Naquela noite, a mais velha dos três filhos de Carla e Manuel, verbalizou, pela primeira vez, o que estava a sentir, segundos depois de ver o pai espancar a mãe. «A frase mexeu comigo», conta Carla. «A minha filha, ainda tão pequena, percebeu que aquilo não era correto.»

Manuel começou a agredir a mulher dois anos após o casamento. Os maus-tratos aconteciam quase diariamente e sempre que o agressor regressava do café, alcoolizado. Carla deixava os filhos mais cedo, para que não assistissem às cenas. «Quando ele chegava, chamava-me nomes, acusava-me de andar a enganá-lo.»

As três crianças acordavam constantemente sobressaltadas, devido aos berros, ao arremesso de objetos e aos gritos de sofrimento da mãe. «Chegava a colocar a mão à frente da boca para não os acordar.» Maria entreabriu várias vezes a porta do quarto para ver o que se passava. O medo impedia-a de sair. Até aos 13 anos. Certa noite, saltou da cama e correu em auxílio da mãe, agarrando-se às pernas do pai. Manuel, que nunca antes batera nos filhos, puxou o braço atrás e deu uma estalada à filha mais velha.

«Esse estalo fez-me abrir os olhos, e, pela primeira vez, chamei a GNR», relata Carla, habituada, durante anos, a disfarçar as marcas de violência para que vizinhos e amigos não percebessem o que lhe acontecera. Naquela noite, foi observada por médicos do Instituto de Medicina Legal, e o marido levado para o posto. Horas depois, seriam ambos devolvidos a casa, como se nada se tivesse passado. Então, a pequena Maria encheu o peito e disse ao pai o que pensava: «Um homem que ama uma mulher não faz o que tu fazes.»

## ISOLAMENTO, VIOLÊNCIA, CHORO

Hoje, Carla vive com os três filhos refugiada em instalações geridas pela UMAR, uma organização de defesa dos direitos das mulheres – e Maria continua a repetir à mãe que nunca mais quer ver o pai.

Existem em Portugal 37 casas de abrigo com capacidade para cerca de 700 pessoas. A rede, pública e gratuita, é gerida por instituições privadas, como a UMAR,

a AMCV e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). As instalações estão preparadas para receber vítimas a qualquer hora. Em 2012, só as duas casas da UMAR acolheram 96 mulheres e 146 crianças. «Fazemos, de imediato, contactos para integrá-las rapidamente na escola», explica Elsa Branco, técnica da APAV, sublinhando a importância desse primei-

ro passo para combater traumas. A técnica conhece os sinais de cor: isolamento, dificuldades de aprendizagem, violência contra os amigos, falta de confiança, choro compulsivo. «A terapia é demorada, pode ultrapassar os seis meses.»

Se pensarmos na história de Raquel, torna-se fácil perceber porquê. Vivia, literalmente, trancada em casa, com os dois ▶



**Manuel Coutinho**

Coordenador do SOS Criança

## 'Devemos meter a colher e denunciar estas situações'

### O que fazer perante famílias em que há violência?

Quando vemos que alguém começa a isolar-se, a ter uma vida conjugal difícil, é porque há problemas. Perante isto, não devemos fazer como antigamente e aceitar que «entre marido e mulher, não se mete a colher». Todos devemos meter a colher e denunciar estas situações. Temos o dever de ajudar as pessoas a sair desse ciclo.

### Que riscos correm as crianças?

Ficam completamente perdidas, depressivas, com baixa autoestima, agressivas. Estão inseguras, ansiosas, porque as pessoas que as deviam proteger e cuidar delas estão em rota de colisão e a pô-las no meio. Vivem ensanduichadas, num conflito de lealdade, porque não sabem a quem agradar. Dizem a um e a outro o que pensam que eles querem ouvir e não sabem como sair dessa situação. Andam tristes e nem sempre

compreendem o que está a acontecer. Sentem-se perdidas.

### Há falhas na lei e nos apoios?

Não. Quando trabalhamos com famílias em que há crianças, o tempo é algo difícil de gerir, é um terreno muito pantanoso. Retirar uma criança a uma família rapidamente demais pode ser a sua salvação mas também pode tornar-se num drama muito grande. Por regra, isso não se faz mas, em situações-limite, e de urgência, é possível que tal aconteça. Mesmo assim, impõe-se ter muito cuidado. Tem de se dar prioridade à família e perceber se foi ou não um ato isolado. Outras vezes, não retirar também pode ter efeitos nefastos para as crianças. Acredito que os técnicos que estão na primeira linha fazem o seu melhor. Mas quando se trata de crianças, o melhor é estarmos todos alerta, para que, a cada momento, se possa corrigir, ou mesmo evitar, situações mais graves.





## SOCIEDADE FAMÍLIA

**REVELAÇÃO** Através dos desenhos das crianças, os psicólogos avaliam o tipo de violência a que foram sujeitos, e os seus efeitos

► filhos. Quando Rui saía do apartamento, fechava a porta por fora e levava consigo a única chave. «Nunca me deixava sair sozinha com os dois filhos», conta, «porque, assim, garantia que eu regressava.»

No dia em que Raquel disse que pretendia terminar a relação, Rui pontapeou-a e destruiu-lhe o telemóvel. «Ninguém sai desta casa», gritou, vezes sem conta. Nem o choro das crianças o acalmou. Raquel ligou aos pais e à PSP, mas dois dias depois rendeu-se às desculpas do marido. «Só o fiz porque não queria que os meus filhos crescessem sem pai.» No entanto, passada uma semana, voltou tudo ao mesmo. Nesta fase, já os miúdos eram agressivos para os colegas. Acabou por ser a APAV a salvar Raquel do pesadelo, oferecendo-lhe lugar numa casa de abrigo.

### O QUE DIZ A LEI

Em caso de divórcio, a guarda dos filhos deve ser exercida em conjunto mas, quando há violência, tudo se complica. Daí que a Associação de Mulheres Juristas (AMJ) proponha uma lei global, que não separe os processos de regulação parental dos de violência doméstica. «Se obrigarmos uma criança a estar com o agressor, promovemos mais uma violência continuada sobre ela», alerta Aurora Rodrigues, procuradora do DIAP de Évora e presidente da AMJ. Patrícia, 47 anos, quadro superior, sabe bem do que fala a magistrada. Esteve casada durante 14 anos, um casamento que descreve como da maior violência psicológica. «Quando ele ficou sem emprego, não aceitou que eu estivesse numa melhor situação, e entreteve-se a destruir a minha autoestima...» Até que, há dois anos, decidiram separar-se. Ela ficou com as crianças, de 15 e 10 anos.

Em outubro, quando levou o mais pequenino para a visita de fim de semana ao pai, este perdeu a cabeça e agrediu-a, à

frente do filho. Resultado: uma perfuração do tímpano, com futura cirurgia. Seguiu-se o pedido de suspensão das visitas. «Passámos a viver em pânico, nesses dias.»

Ao voltar a tribunal, os resultados não foram os esperados. «Depois de ouvir os meus filhos, o juiz acusou-me de não fazer a mínima ideia do que era ser mãe. Afirmou que o meu medo constituía uma agressão para eles, insistindo que a violência do pai pertencia ao passado.»

As crianças, prossegue Patrícia, chegaram perturbadíssimas a casa. «Contaram-me que o juiz lhes disse que a culpa de o pai ter batido na mãe era deles e que, ao não quererem estar com o pai, o conduziam àquele tipo de atitudes...» Sem um fim à vista para o seu caso, Patrícia não disfarça o desânimo: «Agora, compreendo por que há cada vez mais mulheres mortas: incentiva-se que reajam e denunciem os companheiros, mas depois falta ajuda. E sentimo-nos ainda mais impotentes para proteger os nossos filhos.»

### EFEITOS PARA A VIDA

Depende sempre do caso concreto, ressalva o pedopsiquiatra João Beirão, mas testemunhar agressões entre os pais afeta as expectativas e as idealizações das crian-

ças. «Se for um rapaz e o pai não respeitar a mãe, corre o risco de criar a ideia de que a sua relação de namorado (e marido) vai ser parecida. Ao mesmo tempo, tem o desejo de proteger a mãe, mas não consegue, porque é pequeno. Se for menina, corre o risco de assimilar a ideia de que o papel da mulher é ficar à mercê de um homem.»

«A experiência pode mesmo ter efeitos devastadores», acrescenta Ana Isabel Sani, psicóloga que defendeu uma tese de doutoramento sobre o tema, em 2001, na Universidade Fernando Pessoa, no Porto. O estudo, realizado com miúdos em idade escolar, permitiu detetar padrões de comportamento na sala de aula: ou estão distraídos, a temer o que poderá estar a passar-se em casa, ou a desejar ir até lá, pensando que a sua presença evitaria a agressão. Outros receiam ser culpados. «Um garoto contou uma vez que ouviu o pai dizer à mãe que a culpa da vida horrível que tinham era dela porque tinha engravidado – e que se não fosse isso, não estavam juntos», recorda a especialista.

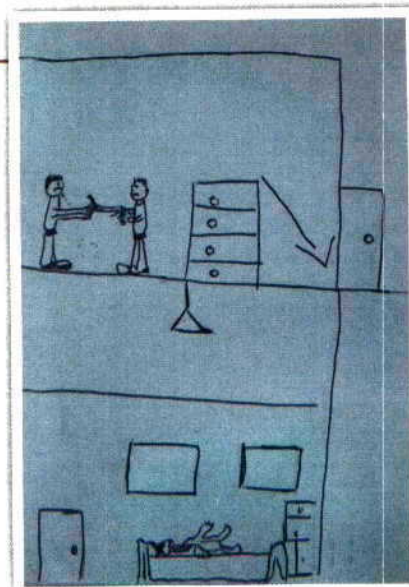
No limite, a situação pode levar um filho a um ato irreversível. Veja-se a história de Miguel, 16 anos, que perdeu a cabeça. Há um ano, após acusar o pai de destruir a família, inflingindo humilhações permanentes ao irmão e à mãe, decidiu agir. Foi à cozinha, retirou uma catana do armário e desferiu vários golpes no pai,

O padrao batia muito na mãe e era preciso ir o tio separá-los.

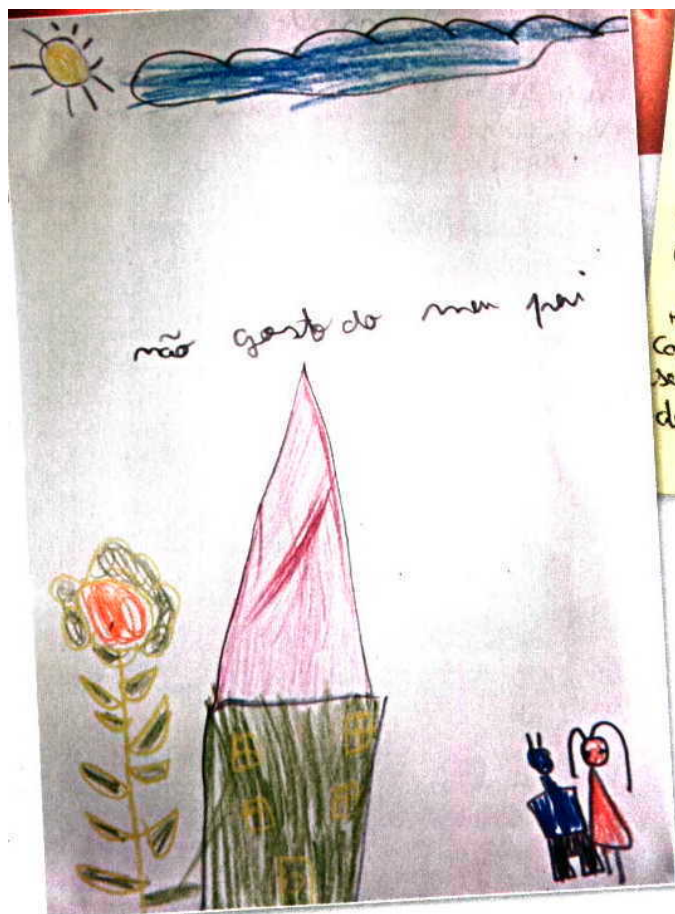
**O MENINO ia esconder-se para o seu quarto, mas OUVIA TUDO PORQUE ELES GRITAVAM MUITO.**

A seta que está ao pé do armário é para dizer que até o armário levava pontapés e caía.

**Gustavo, 9 anos, no 2.º ano de escolaridade**







Nos dias em que acontecia isso em minha casa, sentia-me sempre que não a o meu pai a dar mais nada a minha mãe. Depois que a minha mãe desistiu fazer questão sobre o pai mudar, disse que ia mudar, mas mesmo assim continuava a ter medo de chegar a casa. O meu pai não fazia isto quando estava alcoolizado. Eu queria que tudo tivesse sido diferente, de outra maneira, que a minha família fosse sem problemas. Quando vim para esta casa, estava com medo, porque nunca tinha conhecido algumas pessoas da casa, na primeira semana já estava mais contente na casa, e todo o pessoal desde de lá, são muito simpáticos e fazem tudo para o resto bem-se.

## 'O meu pai queria MATAR A MINHA MÃE com uma faca por causa do jantar. Não percebi porquê'

André, 9 anos, no 3.º ano de escolaridade

que dormia no sofá. A seguir, dirigiu-se ao posto da GNR, onde confessou o crime. Condenado em primeira instância, os juizes do Tribunal da Relação de Coimbra reduziram-lhe a pena de prisão, com base no facto de o jovem ter vivido anos num «ambiente muito desfavorável».

Depois de vários anos a assistir ao aumento constante das denúncias à PSP, no concelho de Cascais – «um bom indicador de que as pessoas passaram a pedir mais ajuda» –, Filipa Pereira, técnica da Câmara e responsável do Fórum Municipal Contra a Violência Doméstica, nota que as queixas diminuíram.

«Não é o que diz a nossa experiência»,

riposta Cátia Rodrigues, dirigente de uma casa de abrigo da APAV. Em média, recebiam 20 a 30 casos por ano – em 2012, o número ascendeu a sessenta. A explicação que encontra tem a ver com a prática da sua instituição: «Não impomos como condição que a mulher se queixe para a aceitar no acolhimento.»

Apesar da disponibilidade total, Cátia sabe, também, que nem sempre dessa entrega resultam os frutos pretendidos. «Há ainda muitos casos de vítimas que saem do abrigo e voltam para o agressor, desculpando-se sempre, e mais uma vez, com os filhos.» Se o risco para os menores se mantiver, aos técnicos da associação

não restam alternativas que não seja sinalizá-los, participando os casos à CPCJ.

Mas respiremos fundo. Apesar de todo o cenário, há histórias com finais felizes. Oiça-se Susana, 40 anos, cozinheira, que fez uma verdadeira travessia do deserto com os filhos. Durante doze anos de casamento, viveu para os miúdos, iludindo-se com a ideia de que o companheiro não a vergava. Os insultos eram uma constante. «Não prestas, não vales nada...» Seguiram-se várias tarefas. Susana só bateu no fundo quando ele foi ao seu local de trabalho e agrediu também os seus colegas. «Atirou-me contra a parede e deslocou-me o ombro.»

Quando chegou a casa, de braço ao peito, não teve como não contar aos filhos. E eles acabaram por lhe confessar que o pai lhes dissera que, um dia, haveria de matá-la. «Até essa altura, pensara que não devia sair, para proteger os meus filhos. Mas sujeitá-los àquilo era muito pior.»

Escortados pela polícia, deixaram tudo – a casa, os bens, os vizinhos, os amigos. Passaram quase 12 meses num abrigo. No início do ano passado, Susana abraçou uma nova vida. Agora, esboça um sorriso que não deixa margem para dúvidas: «Sim, os miúdos estão bem.»

## Uma tragédia sem fronteiras

A Associação Mulheres contra a Violência participou num projeto europeu que originou o livro *Witnessing Violence (Testemunhando a Violência)*. Em Portugal, foram inquiridos técnicos e crianças. Aos adultos perguntou-se o que observam em crianças vítimas indiretas de violência doméstica: a esmagadora maioria referiu a falta de atenção e os maus resultados escolares (93,8%), a aprendizagem de modelos de relação agressivos (92,3%) e distúrbios como dores de barriga e dificuldade de adormecer (87,7%). Às crianças, apresentou-se a história de uma família de cães em que, por vezes, o pai e a mãe ladram um com o outro, chegando a morder-se. O que faz o cachorrinho? Os miúdos responderam que tenta reconciliar os pais (44%), esconde-se (25,6%), fica a olhar (17,2%), não se apercebe (7,4%) ou pede ajuda a outro cão (5,8 por cento). E como é que se sente? Triste (40,5%). Ou com medo (39,8%).



**AVON SOLIDÁRIA** A atriz Salma Hayek dá o rosto pela campanha contra a violência doméstica da Avon que irá oferecer à APAV as verbas conseguidas com a venda do colar 'Uma Só Voz'. Recorde-se que no ano passado, a marca de cosméticos contribuiu com 56 mil euros para as Casas de Abrigo da APAV.



# APAV registou 887 crianças e jovens vítimas de crime em 2012

Arquivo TB

**P**erto de 900 crianças e jovens, a maioria raparigas, com idades entre os 11 e os 17 anos, foram vítimas de crime em 2012 e pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, segundo o relatório anual divulgado na semana passada. Com idades entre os zero e os 17 anos, a APAV registou um total de 887 crianças e jovens vítimas de crime em 2012, representando 9,9 por cento de um universo de 8.945 vítimas.

As estatísticas da APAV indicam que 53% das vítimas são raparigas, 45% têm idades entre os 11 e os 17 anos e 32,4% entre os seis e os 10 anos. A maioria das vítimas pertence a famílias nucleares com filhos (41,3%), seguindo-se os núcleos monoparentais (26,3%). Mais de metade (50,9%) das vítimas frequenta o pré-escolar e o ensino básico 3º ciclo e, «apesar do número não ser tão significativo», 12,9% «não detinha nenhum nível de ensino», apesar de a maioria estar em idade escolar.

Os dados indicam que 9% das vítimas residiam no distrito de Lisboa (9%), seguindo-se os Açores (5%), Faro (4,2%), Vila Real (2,3%) e Porto (2,1%). Somente quatro distritos não se encontram representados nos locais de residência destas vítimas (Guarda, Beja, Portalegre e Região Autónoma da Madeira). Tendo em conta que cada vítima pode ser alvo de vitimação por mais do que um autor de crime, a APAV totalizou 898 agressores, a maioria dos quais (68,9%) tinha relações de parentalidade com as vítimas.

Segundo o relatório, 82% dos agressores são homens,



A APAV refere que 43% das vítimas não apresentaram queixa junto das entidades policiais

14,1% têm entre os 35 e os 40 anos, 10,1% entre os 45/50 anos, 7,4% apenas sabiam ler e escrever, 42,3% estavam empregados, 24,6% eram dependentes do álcool e 18,6% não tinham antecedentes criminais. A maior parte dos crimes (59,2%) ocorreu na casa onde vive a vítima e o agressor, seguindo-se a residência da vítima (8,6%) e o lugar/via pública (6,7%).

A APAV refere que 43% das vítimas não apresentaram queixa junto das entidades policiais, enquanto 32% fizeram-no, a maioria (50,4%) à PSP, encontrando-se a maior parte dos processos (56,3%) em fase de inquérito. As situações reportadas às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) representaram 8% dos casos (72).

## APAV apoia nove vítimas do distrito da Guarda

Do universo de 8.945 vítimas directas de crime apoiadas pela APAV em 2012, 81% eram adultos até aos 64 anos de idade, a grande maioria (85%) mulheres. A faixa etária mais prevalecente situa-se entre os 35 e os 40 anos de idade (10,2%), seguindo-se a dos 45/50 anos (8,9%).

A maior percentagem dos adultos vítimas de crime reside no distrito de Lisboa (8,7%, 630 pessoas), seguindo-se as que vivem nos distritos do Porto (3,4%, 254 pessoas) e de Setúbal (2,1%, 149 pessoas). No distrito da Guarda estão referenciadas nove, correspondendo a 0,1 por cento do todo nacional.

O relatório aponta ainda

## Uso de pulseira electrónica obrigatório quando for «imprescindível» para protecção da vítima

Os tribunais devem determinar obrigatoriamente o uso de pulseira electrónica nos agressores de violência doméstica, «sempre que tal se mostre imprescindível para a vítima», segundo uma portaria publicada na passada Quinta-feira em Diário da República.

Até agora, a determinação pelo tribunal do uso de meios técnicos de controlo à distância dos agressores (pulseiras electrónicas) para protecção das vítimas era facultativo. A alteração à legislação que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência às vítimas foi publicada na passada semana em Diário da República e entra em vigor daqui a um mês.

Dados recentes do Ministério da Justiça indicam que os tribunais têm recorrido cada vez mais à vigilância electrónica para condenações ou medidas de coacção. No final de 2011, o número de pessoas que eram controladas através do sistema de pulseira electrónica situava-se em 671, menos 56 do que em finais de 2012, enquanto em 2010 era de 508.

Tendo em conta valores de 2011, a pulseira electrónica custa ao Estado 16,35 euros, enquanto o custo médio diário de um recluso é de 47,81 euros.

que houve um aumento do número de queixas por parte dos idosos. O ano passado houve o registo de 809 casos, mais 60 do que em 2011. A maior percentagem das vítimas reside em Lisboa (77,9,5%). No distrito da Guarda há o registo de uma queixa.





## GNR sensibilizou jovens sobre o Dia Europeu da Vítima de Crime

O dia 22 de Fevereiro é assinalado como "Dia Europeu da Vítima de Crime" e foi instituído pelo fórum europeu, que reúne serviços de apoio à vítima nacionais de mais de 21 países europeus, o atual Victim Support Europe, para recordar os direitos de quem é vítima de crime.

Neste âmbito, a Secção de Programas Especiais do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Chaves, assinalou também este dia através da realização de uma ação de sensibilização alusiva ao tema e que decorreu na Escola Secundária de Valpaços, em que participaram 130 alunos do 7º ano e ainda alguns elementos do corpo docente daquela escola.

A ação tinha como objetivo principal sensibilizar os alunos para esta temática, informando-os quais as condutas que por vezes e inconscientemente são por eles adotadas e que acabam por, algumas delas ou grande parte, resultar e ou tipificar condutas criminais, tendo sido abordados e discutidos alguns dos crimes mais comuns praticados entre alunos e namorados, as respetivas molduras penais e ainda formas de atuação quando vítimas desses mesmos crimes.

Ainda neste âmbito foram alertados para a existência e importância da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). No decorrer do ano de 2012 recorreram

DIA 22 DE FEVEREIRO  
DIA EUROPEU DA VITIMA DE CRIME



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA  
SECÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS  
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE CHAVES



aos serviços da APAV 546 vítimas de violência e crimes sexuais, das quais 81 eram crianças e jovens. Em 78% das 81 situações, as vítimas eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos (45; 55,6%).

Assim, tendo também estes "números" em conta, entre os temas abordados, salientaram-se os comportamentos na escola, a violência no namoro e o Bullying, tendo sido explicado aos alunos a gravidade de tais comportamentos que resultam em condutas criminosas pelas quais podem vir a ser responsabilizados mas que, para além disso, podem provocar danos físicos

e psicológicos, por vezes irreversíveis, a quem é vítima desses mesmos crimes.

No decorrer da ação, além do apoio de uma apresentação projetada, foram ainda apresentados alguns vídeos alusivos ao tema, vídeos esses que suscitaram a atenção dos alunos. Desta forma, a Secção de Programas Especiais da GNR de Chaves, através deste tipo de ações de sensibilização e acompanhamento aos alunos, procura contrariar os números preocupantes apresentados pela APAV no ano de 2012 e que dizem respeito a vítimas de violência e crimes sexuais.

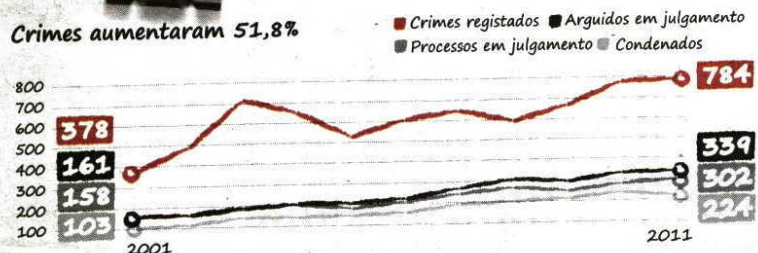


ID: 46530743

08-03-2013

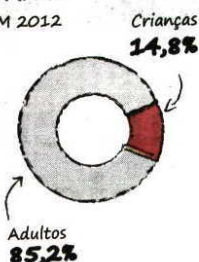
## Evolução dos abusos sexuais sobre crianças

Crimes aumentaram 51,8%

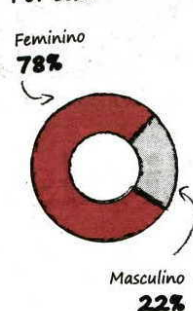


## Vítimas de violência sexual que acorreram à APAV

EM 2012

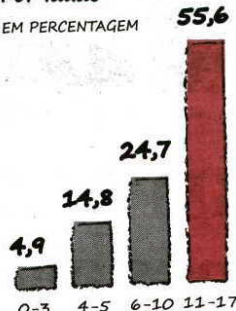


## Por sexo

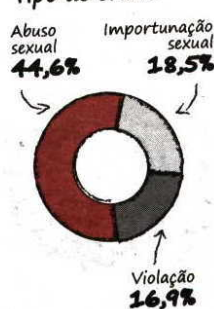


## Por idade

EM PORCENTAGEM



## Tipo de crime



# Funcionário de instituição é suspeito de abusar de criança

**Faro.** Homem de 55 anos trabalhava numa instituição para crianças em risco e é investigado pelo Ministério Público por atos sexuais com menino de 11 anos. Suspeito está no hospital

MIGUEL FERREIRA, Faro

O Ministério Público do Tribunal de Faro está a investigar eventuais abusos sexuais cometidos por um funcionário de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens em risco, no Algarve. A vítima é um menino de 11 anos, mas as autoridades procuram agora apurar se houve mais abusados. O suspeito está internado num hospital psiquiátrico, por ter entrado em depressão após ser expulso da instituição e ser interrogado pelo Ministério Público.

Os alegados abusos seriam cometidos fora das instalações da

instituição em que trabalhava há cerca de cinco anos. Durante todo esse tempo, o suspeito manteve contacto direto com os menores sem levantar qualquer suspeita até, recentemente, ter sido denunciado por alegados abusos sexuais a uma das crianças.

O homem, de 55 anos, após ter regressado das férias de Carnaval, decidiu ausentar-se da instituição e foi para a casa onde reside com a mulher. Terá levado com ele um menino de 11 anos, utente da instituição.

A direção da escola estranhou a ausência demorada de ambos, tendo em conta o curto percurso que separa a instituição da casa

do suspeito. Acabaram por "convenecer o miúdo a contar o que tinha acontecido, para demorarem tanto tempo", contou ao DN uma fonte próxima da instituição em causa.

Segundo o DN apurou junto da mesma fonte, o menor terá confirmado os atos sexuais com o funcionário.

O presidente da instituição, questionado pelo DN, não quis prestar muitas explicações e apenas disse: "Todas as incorreções que se passem aqui dentro e que a direção tenha conhecimento são de imediato encaminhadas para as autoridades competentes."

O mesmo responsável não ne-

gou que a denúncia deste caso, feita ao Ministério Público, tenha partido da própria direção da instituição.

No dia em que o funcionário foi confrontado com a inquirição do magistrado do Ministério Público, foi também expulso da instituição. Acabou por ser internado no Hospital Psiquiátrico de Faro e é lá que ainda se encontra. "Está a ser seguido por psiquiatras, porque entrou em depressão", disse ao DN fonte próxima da família.

Também um outro funcionário da instituição responsável por cerca de 60 crianças, contactado pelo DN, defendeu a casa que "garante um futuro melhor a tantos meni-

nos" e disse que não é um caso que descredibiliza a instituição: "Cá dentro ninguém sabe de nada, mas em cem funcionários que somos e houve um que se portou mal... Não podemos condenar a instituição por causa de uma pessoa."

Ao que o DN apurou, ainda estão a ser feitas diligências pelas autoridades para perceber se existe mais algum caso de abusos ligado ao suspeito. Também a sua mulher foi esta semana ouvida pelo Ministério Público.

A serem provados os abusos sexuais a uma criança, o arguido arrisca uma pena de prisão que pode ir dos três até aos dez anos.

## GUARDA

### Estudante detido por coação sexual

Um estudante de 21 anos foi detido pelo Departamento de Investigação Criminal da PJ da Guarda por suspeita do crime de coação sexual. Os factos ocorreram no dia 4 deste mês, durante a tarde, na cidade da Guarda. A vítima apresentou queixa. O estudante é ainda suspeito da prática de outros

atos de importunação sexual que estão a ser investigados, informou ontem em comunicado a Polícia Judiciária. Presente a primeiro interrogatório judicial, o estudante foi sujeito a apresentação em estabelecimento hospitalar para aferição do seu estado de saúde mental.

## Agricultor detido por violar menina de sete anos

**CHAVES** Um agricultor de 62 anos foi detido pela Polícia Judiciária, através da Unidade de Investigação Criminal de Vila Real, por presumivelmente ter abusado de uma menina de sete anos, neta da mulher com quem vivia.

Segundo apurou o DN, a mãe da criança pediu ao indivíduo para ir buscar a filha à escola em Vídago, que dista cerca de quatro quilómetros da aldeia onde vivem, Loivos, Chaves. Após recolher a

menina e, ao chegar perto de casa, o homem levou-a para um descampado onde presumivelmente a terá violado. Foram vizinhos que alertaram a mãe e as autoridades. "Há muito que se desconfiava que o tipo abusava da menina", afirmou ao DN um vizinho.

Alertadas as autoridades, foi pedida a intervenção da Comissão de Proteção de Menores em Risco que de imediato retirou a criança para uma instituição.

"A família é desestruturada. A avó da menina foram retiradas duas crianças, de uma outra filha", disse ao DN uma responsável da Segurança Social.

O detido, agricultor, passava várias temporadas por ano na Holanda, onde se dedicava à apanha de flores, no que era acompanhado pela companheira e filhas. Segundo a PJ, abusava da menina desde setembro de 2012.

JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO, Vila Real





## EXPOSIÇÃO

### OLHAR O SOFRIMENTO QUE TAMBÉM É NOSSO

Fora do olhar dos outros, fora do testemunho dos outros, entre quatro paredes. É aqui, na grande maioria dos casos, que acontece a violência doméstica. Acontece entremuros, e muitas vezes não sai de lá, salvo quando há coragem para denunciá-la. E porque pode ser um crime silencioso, dissimulado, sorrateiro, recorrente, moedor, é preciso olhá-lo, dar-lhe imagem pública, para que não nos esqueçamos de que existe, de que está no meio de nós, de que pode acontecer na porta ao lado, sem grande alarido, sem gritaria ou mobília a cair. *Olha* é o título incisivo de uma exposição de fotografia que Valter Vinagre ergueu a convite da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Mais do que um convite, este *Olha* é uma palmada nas costas, para que abramos bem os olhos para um crime que desde 2000 deixou de ser "privado", o que significa que a possibilidade (e o dever) de o denunciar passou a ser de todos, e não apenas de quem é vítima dele. Nas fotografias de Vinagre há respeito pela dignidade de quem sofreu, mas não há complacência quando se trata de mostrar a violência e as marcas que ela deixou. Nas fotografias de *Olha* (trabalho que será lançado



em livro na Fnac Chiado, no dia 14 de Março) há uma sensibilidade e um cuidado que atenua o carácter explícito da imagem, mas não há um olhar púdico quando se trata de mostrar a angústia de quem foi vítima. *Olha* mostra as encruzilhadas de sentimentos e os espaços onde esse labirinto começou e onde, em alguns casos, fatalmente terminou. Estão lá os lugares, as casas

cheias, as casas vazias, as casas-abrigo, os centros de atendimento às vítimas, e os rostos, onde há resquícios de felicidade, mas onde habita, sobretudo, a tristeza. Olhar o sofrimento dos outros (Susan Sontag) pode tornar-se um exercício de puro voyeurismo, ou pode ser, como neste caso, um acto de cidadania que nos lembre, que nos leve a reflectir e, quando for o

caso, a denunciar potenciais crimes de violência doméstica. O muro de silêncio que cerca crimes desta natureza ainda é alto, apesar de, segundo números da APAV, as queixas terem aumentado nos últimos anos. *Olha* pode dar um bom contributo para que essa tendência não diminua. Pode ser um alerta para que não nos tornemos uma falha no fio da faca. Sérgio B. Gomes

# VEJA ISTO

*Olha*, a exposição de fotografia de Valter Vinagre, está na Galeria Torreão Nascente da Cordoaria Nacional, em Lisboa, até ao dia 23 de Março



**ALBUFEIRA** ■ AGRESSÃO EM ESPAÇO DE DIVERSÃO NA ZONA DA OURA

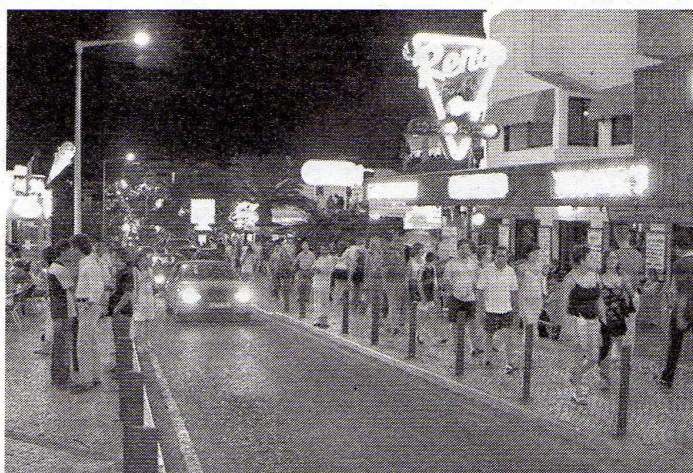
# Turista inglesa agredida em bar

■ Jovem envolveu-se em discussão com um homem e sofreu vários ferimentos no corpo

● RUI PANDO GOMES

**D**e braço ao peito e ainda a coxear, uma turista inglesa apresentou ontem queixa na GNR de Albufeira, por alegadas agressões sofridas dentro de uma bar de Albufeira.

Tudo terá acontecido na madrugada de segunda-feira. A vítima, com cerca de 25 anos, estava a divertir-se com amigas num bar na zona da Oura. Ao que o **CM** apurou, envolveu-se numa discussão com um cliente do sexo masculino e, depois de uma troca azeda de palavras, foi violentamente espancada a soco e a pontapé. "Foi agredida num bar por um homem português",



DIREITOS RESERVADOS

**Vítima envolveu-se em confusão num bar da Av. Sá Carneiro**

confirmou ontem ao **CM** uma amiga da vítima, que não se quis alongar em mais pormenores.

A agressão terá acontecido pouco depois da 01h00. A vítima foi socorrida no local pelo INEM e deslocou-se mais tarde

ao centro de saúde local. Só ontem apresentou queixa na GNR, onde foi ouvida por técnicos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A GNR está a investigar e tenta agora localizar o autor das agressões. ■





ID: 46572571

08-03-2013

# O olhar da mulher açoriana no mundo em Dia Internacional

O 'Correio dos Açores' homenageia hoje todas aquelas mulheres que, ontem como sempre, labutam pela dignidade na família, na sociedade e no trabalho, numa afirmação dos direitos cívicos, sociais e políticos que devem imperar numa sociedade moderna e justa...

Decorria o ano de 1857, quando as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Lorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias que, nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, se declarara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1910, numa conferência realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como "Dia Internacional da Mulher". De então para cá o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma, tanto em Portugal como no resto do mundo. No entanto, somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU.

Na sociedade actual, este dia pretende chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos

e limitações que vêm sendo impostos à mulher, pois mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em tantos países do mundo, com salários baixos, violência masculina, jornadas excessivas de trabalho e desvantagens na carreira profissional.

Muitos passos já foram dados, mas muito ainda há um caminho longo a percorrer, na tentativa de diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher que se verificam mesmo nos países ditos evoluídos.

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado no início do século, até a década de 1920, todavia, a data foi esquecida por longo tempo



e somente recuperada pelo movimento feminista, já na década de 1960, tendo esta celebração perdido muito do seu sentido original,

adquirindo um carácter festivo e comercial sem se evocar o espírito das operárias grevistas do 8 de março de 1917.

O Correio dos Açores hoje homenageia todas aquelas mulheres que, ontem como hoje, labutam pela dignidade na família, na sociedade e no trabalho, numa afirmação dos direitos cívicos, sociais e políticos que devem imperar numa sociedade moderna e justa, sem discriminação nomeadamente com base no género como princípio fundamental.

Muitas são as mulheres de hoje que sabem que a sua participação na vida pública é indispensável para garantir com a sua sensibilidade condições dignas de habitação, saúde e educação e de protecção na velhice, na infância e na doença dos seus filhos e seus familiares mais próximos.

Na edição de hoje apresentamos vários depoimentos com a perspectiva da mulher açoriana, quer viva nestas ilhas ou fora delas, que têm em comum o amor a esta terra e que dão o seu testemunho vivo do que é ser mulher no seu próprio mundo. APC

## DEPOIMENTOS

# Uma necessidade e não um privilégio



Graça Castanho, Professora UAC, S. Miguel

Actualmente, existem dias internacionais a propósito de tudo e de mais alguma coisa. Para celebrar a condição humana, deparamo-nos com centenas de efemérides que dão visibilidade a múltiplas facetas da humanidade. Perante a abundância de datas comemorativas, há quem estranhe o facto de se celebrar o dia Internacional da Mulher, sem que tal tenha paralelo para o género oposto. É óbvio que os homens têm todo o direito a terem o seu dia, se assim o entenderem. Convém, porém, lembrar que a existência de um dia dedicado às Mulheres não é um privilégio, mas sim uma necessidade que acontece pelos piores motivos.

Vivemos num mundo, onde existem gran-

des diferenças entre homens e mulheres. Estas continuam a não ter os mesmos direitos, a não aceder aos mesmos benefícios e a não usufruírem das mesmas oportunidades. O último relatório da ONU, sobre a situação das mulheres no mundo, deixa bem clara a ideia que os governos têm de criar políticas públicas que ajudem no desenvolvimento da mulher.

No referido documento, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirma que já há condições para garantir a igualdade entre homens e mulheres em muitas áreas, incluindo o acesso à escola, saúde e participação económica. Apesar disto, o mesmo defende que muito ainda há a fazer, em especial para acabar com a desigualdade de género na vida pública e para evitar as muitas formas de violência a que estão sujeitas as mulheres.

O relatório destaca diferentes áreas sociais onde é urgente intervir. No que diz respeito ao poder, adianta que a presença das mulheres na liderança de governos é rara. Num total de 192 países, existem 14 mulheres na chefia de governos e em apenas 23 países as mulheres integram os respetivos parlamentos nacionais. A violência contra as mulheres (violência física, sexual, psicológica e económica - tanto dentro como fora de suas casas) é uma realidade deplorável. A percentagem de mulheres vítimas de violência física, pelo menos uma vez na vida, varia entre 12% a 59%, dependendo de onde vivem.

A mutilação genital feminina mostra uma ligeira diminuição na África, mas ainda existe.

Quanto à população e famílias, o relatório informa que existem aproximadamente mais 57 milhões de homens do que mulheres no mundo. Enquanto algumas regiões têm falta de homens, noutras há falta de mulheres, especialmente nos países mais populosos que têm políticas de natalidade restritivas, como a China e a Índia. Ainda há países que permitem o casamento de adolescentes com 15 anos ou menos.

No que diz respeito à saúde, o relatório da ONU refere que, a nível mundial, as mulheres são mais propensas do que os homens a morrerem de doenças cardiovasculares; apesar do aumento na proporção de mulheres que receberam assistência pré-natal, a África Subsaariana sozinha registou 270 mil mortes maternas em 2005, isto é, metade das mortes maternas no mundo; no Panamá e México, respectivamente 36 e 34% das mulheres foram consideradas obesas. Catar e Emirados Árabes Unidos tiveram, respectivamente, 45 e 31% das mulheres consideradas obesas; o cancro de mama, entre as mulheres, e o de pulmão, entre os homens, constituíram as principais causas de morte; as mulheres representam 60% dos adultos seropositivos que vivem na África Subsaariana. A região abriga dois terços dos 22 milhões de pessoas infectadas pelo vírus da SIDA no mundo.

Relativamente à educação, refere o Relató-

rio da ONU que, no começo do Séc. XXI, à roda de 105 milhões de crianças em idade escolar em todo o mundo não estavam matriculadas na escola. Mais de metade das meninas em idade escolar estão fora da escola, atingindo 60% nos Estados Árabes. No ensino superior, o equilíbrio entre os sexos mudou a favor das mulheres, excepto na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental.

No mundo do trabalho, os salários das mulheres são inferiores aos dos seus pares masculinos; o emprego vulnerável e por conta própria atinge mais as mulheres; as mulheres ainda raramente têm trabalhos com status, poder e autoridade; e a maternidade continua a ser uma fonte de discriminação no trabalho. Mesmo com legislação que protege a maternidade e penaliza os prevaricadores, muitas mulheres grávidas ainda perdem os seus empregos.

Por tudo isto, não é de estranhar que o sonho das mulheres pelo mundo fora seja vivenciar o fim deste dia. Quando tal vier a acontecer (como o desejamos), a Mulher terá um tratamento paritário e viverá em sociedades democráticas e sustentáveis, onde o respeito total pela vida humana acontece de forma transversal e independentemente do género a que se pertence. É caso para dizer: Como é triste que tenha havido necessidade de criar este dia e como é triste que o mesmo perdure até aos nossos dias!





ID: 46572571

08-03-2013

# Porque devemos comemorar este dia?



Helena Chaves Costa, Gestora da APAV Açores, S. Miguel

Se analisarmos uma colecção de antigos provérbios populares portugueses podemos encontrar algumas referências à violência sobre as mulheres: “à mulher e à galinha, torce-lhe o pescoço para a fazer boa”; “amor de mulher e amor de cão nada valem se nada lhe dão”; “a mula e a mulher com pau se quer”.

No 1º Código Civil datado de 1867, existiam vários artigos onde era visível a subalternização da mulher e que evocavam o dever de obediência ao seu marido. A mulher não podia ser autora e só podia tornar-se administradora dos bens, na ausência ou impedimento do marido, sendo que não lhe era permitido alienar bens imóveis sem autorização do conselho da família e com assistência do ministério público.

Até 1952, o Tribunal da Relação de Lisboa, reconhecia ao marido o poder de “moderada correcção doméstica sobre a mulher”.

A Revolução Francesa é um marco histórico na luta das mulheres pela igualdade, mas foram as sufragistas inglesas, no início do século XX, que ganharam maior notoriedade através da sua luta pelo direito ao voto.

Sobretudo na II Guerra Mundial, a ausência dos homens que estavam nos combates levou a que as mulheres ocupassem os postos de trabalho deixados vagos. Com esta conquista e provado que estava o seu contributo para o bom funcionamento da sociedade, depois de terminado a Grande Guerra, algumas mulheres conservaram uma parte dos seus novos postos de trabalho e mais tarde iniciaram a luta por novas reivindicações, sendo o direito ao voto a mais antiga das

suas lutas.

Em Portugal, em 1911, Carolina Beatriz Ângelo, médica e primeira cirurgiã portuguesa, aproveitou-se de uma omissão na lei sobre o sexo do chefe de família, reivindicando assim o seu direito de votar, uma vez que estava viúva e era ela a chefe de família. No ano seguinte a lei foi alterada para impedir que as mulheres pudessem votar.

Em Portugal, o direito ao voto é alargado às mulheres apenas na Constituição de 1976.

No nosso país, o passo maior após o direito ao voto, foi a inclusão do crime de maus tratos no código penal que permitia às mulheres recorrerem à justiça quando estavam a ser vítimas de violência doméstica. Apesar de, na década de 80, já existir no Código Penal o crime de maus tratos em contexto familiar, é na década de 90 que a violência doméstica começa a ocupar espaço na agenda política e se implementam os planos de combate a esta forma de violência sobre as mulheres. É nesta década que se tomam medidas efectivas, para travar as desigualdades que recaíam sobre a

mulher tanto no espaço familiar como no mercado de trabalho.

Nos dias de hoje, ainda assistimos a notícias na comunicação social acerca da desigualdade na distribuição das tarefas domésticas entre os casais, os salários inferiores das mulheres em relação aos dos homens, ainda existem situações de discriminação no local de trabalho das mulheres que se encontram grávidas e ainda não tivemos nenhuma mulher Presidente da República e nem uma mulher como Primeira-ministra eleita através de sufrágio.

Sim, já se percorreu um longo caminho, mas ainda temos todos, homens e mulheres, muitos km a percorrer nesta longa estrada da Igualdade de Género.

**P.S.** – Também existem situações de homens vítimas de discriminação baseada no género? Sim, existem. Mas hoje é o Dia da Mulher e é sobre este tema que fui convidada a escrever, sendo que, se me for dirigido novo convite, poderei abordar por exemplo, a problemática da violência doméstica que também atinge os homens.



# A música na vida da mulher



Andreia Colaço, cantora lírica, S. Miguel

“Como mulher que tem a música como expressão de arte que vivifica a sua vida”.

Perante a questão tão amavelmente colocada, pensei que a resposta seria rápida e óbvia. No entanto, não foi tão literal como pensara primeiramente.

Se por um lado, a questão pareceu-me bastante acessível, por outro, implicou uma autorreflexão e um autoconhecimento profundo de mim mesma, dos outros e de toda a envolvência que nos abraça.

De facto, a Música, definida genericamente como a forma de arte que se constitui pela combinação de sons e silêncio segundo uma ordem temporal pré-organizada, possui vários efeitos sobre a Humanidade:

efeitos físicos, químicos, psicológicos, sociais, culturais infinitos. Na verdade, é algo que transpõe o universo dos sons e penetra nos universos das consciências e dos sentimentos.

Mais, a Música é e existe na vida, encontra-se em toda a Natureza, em todas as coisas.

Enquanto mulher, e mulher que se exprime através da música, sinto que esses efeitos se encontram sublimados na minha existência. A prática pessoal da Música tem vindo a contribuir de forma indelével para a afirmação da minha personalidade perante mim mesma e perante os outros, como enriquecimento da sensibilidade, da perseverança, da criatividade, da autodisciplina e da alegria de ser quem e como sou: mulher!

A Música tem sido um dos condimentos essenciais da minha vida, enquanto forma de expressão. Através dela tenho tido a oportunidade e o prazer de conhecer diferentes realidades, pessoas, situações e necessidades e de presentear todos quantos carecem com o meu singelo contributo, sempre que possível: um contributo musical.

Desta feita, a presença da Música na minha existência tornou-se factor fundamental de toda a minha ação para comigo, para com os outros e para com a sociedade. É impossível viver sem Música, ela está intrinsecamente ligada ao meu ser enquanto mulher.





# Violência Doméstica continua a deixar “marcas”



O Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, é a celebração das conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, e foi adotado pela Nações Unidas e consequentemente por diversos países. A ideia de criar e celebrar um dia dedicado às mulheres já existia no Século XX.

Já havia surgido na Europa e Estados Unidos a ideia de celebrar um dia da mulher, para comemorar a luta feminina por melhores condições de vida, trabalho e de direito ao voto.

O Dia da Mulher é muitas vezes marcado por presentes simbólicos, como flores, em especial rosas, poemas, frases, e etc. Mas também é aproveitado para realçar os apelos contra a violência doméstica que continua a somar vítimas.

Segundo as estatísticas da APAV (Associação de Apoio à Vítima), referentes ao relatório anual de 2012, entre 2010

e 2012, a APAV registou um aumento percentual de 8,4 % processos de apoio.

O número de crimes registados pela APAV sofreu um acréscimo de 8,8% de 2010 para 2011 e de 10% de 2011 para 2012. Já o número de vítimas diretas revelou um aumento de 29% no espaço de 2 anos.

Em 2012 a APAV registou um total de 20.311 factos criminosos (crimes), que se

traduziram em 12.084 processos de apoio. Do trabalho realizado em 2012, resultaram 22.747 atendimentos aos utentes que procuraram os nossos serviços.

Globalmente, em 2012, a APAV terá prestado algum tipo de apoio a cerca de 23.500 pessoas, entre vítimas diretas (8945), indiretas, seus familiares e amigos.

Com um total de crimes superior ao ano de 2011 em

cerca de 10%, é de assinalar que os crimes praticados no âmbito da Violência Doméstica, embora tendo aumentado em números absolutos, sofreram uma ligeira descida percentual face ao total de crimes, passando de 85% (15724) em 2011 para 83,6% (16970) em 2012.

Esta descida percentual dos crimes de Violência Doméstica traduziu-se na subida dos crimes contra as pessoas, de 11,2% (2078) em 2011 para 12,5% (2538) em 2012; bem como na subida dos crimes contra o património que passaram de 1,6% (300) em 2011 para 2,4% (494) em 2012.

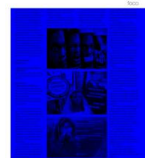
Dentro das 4 categorias de crimes contra as pessoas podemos destacar: as ofensas à integridade física simples (19,9%) nos crimes contra a vida ou integridade física; as ameaças/coação (26,2%) nos crimes contra a liberdade pessoal; a violação (3,1%) nos crimes sexuais e a difamação (12,4%) nos crimes contra a honra.

O crime de ofensa à integridade física simples sofreu um aumento de 34,3% face a 2011, passando de 376 registos para 504. O crime de ameaça aumentou cerca de 30%, entre 2011 e 2012. O crime de violação sofreu um decréscimo, passando de 94 em 2011 para 79 em 2012. Finalmente o crime de difamação foi também alvo de uma subida percentual na ordem dos 39%, entre 2011 e 2012.

Os maus tratos psíquicos representaram cerca de 36% das situações de violência doméstica no seu todo, seguindo-se os crimes de maus tra-







ID: 46572792

08-03-2013 | Sexta

tos físicos com 26,7% do total dos crimes desta categoria.

Já nos crimes de Violência Doméstica em sentido lato, foi o crime de violação de domicílio ou perturbação da vida privada que se destacou com 1,9% face ao total.

Apesar da descida percentual dos crimes de Violência Doméstica face a 2011, alguns crimes em particular demonstraram uma tendência contrária, designadamente o crime de injúrias/difamação que aumentou em mais de 100% (+ 861 crimes) e os crimes de natureza sexual que aumentaram 94,1% (+ 128 crimes).

## AS VÍTIMAS DIRETAS

### CRIANÇAS E JOVENS VÍTIMAS:

887 crianças e jovens vítimas; 17 por semana; média de 2,4 por dia.

### PESSOAS ADULTAS VÍTIMAS:

7249 vítimas adultas até aos 64 anos; 139 por semana; média de 19,9 por dia. Pessoas idosas vítimas:

809 pessoas idosas vítimas; 15,5 por semana; média de 2,2 por dia.

O contato com a APAV faz-se fundamentalmente por duas vias: o atendimento telefónico com mais de 60% das situações, seguido do atendimento presencial (31%), sendo este muitas vezes consequência do primeiro. Gradualmente e com o passar dos anos, o email tem vindo a ganhar uma importância maior, tendo representado já, em 2012, 7% dos contatos efetuados.

Em cerca de 60% dos casos, é o próprio utente que estabelece contato, seguindo-se os familiares dos mesmos em cerca de 18% das situações. A rede de amigos (9,7%) e as

instituições (6%) demonstram também alguma relevância nestas situações.

Entre as crianças e jovens vítimas de crime em 2012, as faixas etárias com maior relevo situam-se entre os 11 e os

17 anos de idade (45%) e entre os 6 e os 10 anos (32,4%). Em contrapartida, as crianças entre os 4 e os 5 anos são a faixa etária menos visada.

Em termos familiares, a maioria destas vítimas pertenc

ce a famílias nucleares com filhos (41,3%), ainda que, no entanto, os núcleos monoparentais representem 26,3% das situações.

De acordo com os dados recolhidos em 2012, as crianças e jovens vítimas de crime que recorreram direta ou indiretamente aos serviços da APAV, residiam fundamentalmente no distrito de Lisboa (9%). Seguiu-se a Região Autónoma dos Açores (5%), Faro (4,2%), Vila Real (2,3%) e Porto (2,1%).

Somente 4 distritos portugueses não se encontram representados nos locais de residência destas vítimas (Beja, Guarda, Portalegre e Região Autónoma da Madeira).

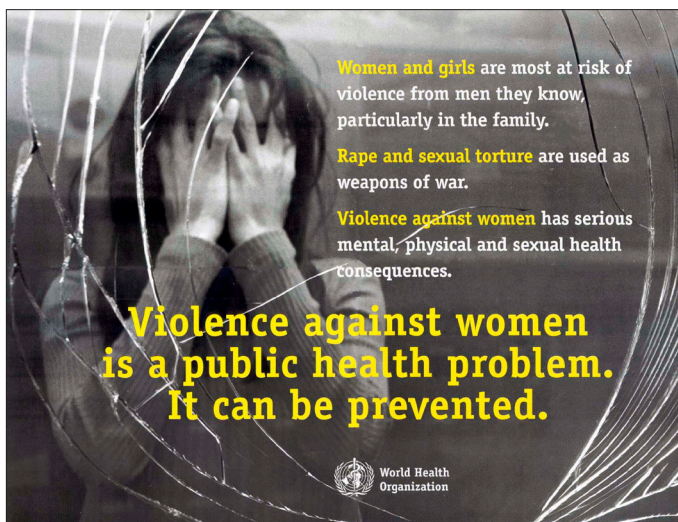
A faixa etária prevalente entre as pessoas adultas vítimas de crime em 2012 foi a faixa entre os 35 e os 40 anos de idade (10,2%). É de salientar igualmente a faixa etária das pessoas adultas entre os 45 e os 50 anos, que perfaz 8,9% do total.

No que se refere ao tipo de família, a esmagadora maioria das pessoas adultas vítimas de crime tinha um tipo de família nuclear com filhos (3180; 43,9%).

Em 34,4% das situações de vitimação de pessoas adultas reportadas à APAV em 2012, a relação entre autor do crime e vítima era a de cônjuge. É ainda de ressaltar que em 13,8% das situações a relação entre vítima e autor do crime era a de companheiro/a.

As situações de vitimação apresentadas à APAV em 2012 eram, na sua maioria, de carácter continuado (4582;62,8%), com duração entre os 2 e os 6 anos (968;13,3%).

Das 8945 vítimas diretas registadas pela APAV em 2012, 9% eram pessoas idosas, com 65 e mais anos de idade.





# Violência no namoro volta a ser motivo de sensibilização

O Grupo de Trabalho para a Sensibilização, Prevenção e Intervenção na Violência Doméstica é uma organização da CPCJ de Vila Real de Santo António em colaboração com outras entidades locais que se envolveram com o objetivo de sensibilizar a população local e, com isto, prevenir e diminuir a ocorrência de eventuais situações de violência existentes no concelho.

À semelhança do que aconteceu no ano letivo passado, este grupo realizou mais uma semana de trabalho para a prevenção da Violência Doméstica desta feita, tendo como tema a Violência no Namoro. As ações com o título “(N)amor(o) (Im)perfeito” foram realizadas na Escola Secundária

de Vila Real de Santo António para todos os alunos do 12º ano, perfazendo um total de 11 ações onde cerca de 206 alunos e respetivos professores puderam refletir com os técnicos envolvidos sobre estas pertinentes questões.

Nesta ação estiveram envolvidas as seguintes entidades: CPCJ VRSA, Assembleia Municipal, GNR - VRSA, PSP - VRSA, NEIP - Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, APAV - GAV de Tavira e Cruz Vermelha Portuguesa - VRSA, bem como os professores das turmas referidas.

É de salientar a participação ativa de todos os alunos do 12ºano bem como dos seus professores que se envolveram também nesta tarefa.



Desporto

## Correr contra a violência doméstica

Uma corrida solidária vai ajudar a angariar fundos, e a sensibilizar a população, para o aumento do número de crimes de violência doméstica. De 2011 para 2012, registou-se um aumento de 8,8%

Vânia Maia

10:55 Sexta feira, 15 de Março de 2013 | [0 comentários](#)

[Share](#) 1

[Tweet](#) 0

[+1](#) 0

[Like](#) 9

[Comentar](#)

[Imprimir](#)

[Email](#)



Imagem de arquivo  
DR

No domingo, 17 de março, realiza-se a 10.ª Corrida de Solidariedade ISCP/ISCI/APAV. O percurso de 10 quilómetros vai unir o edifício do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP/ISCI), em Alcântara, ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

Ao mesmo tempo, realiza-se a Marcha de Famílias, um percurso mais curto, de 3,5 quilómetros, aberto a todas as pessoas, mesmo às menos habituadas à prática desportiva.

Além de promover um estilo de vida saudável e a prática do desporto, os objetivos do evento passam por angariar fundos para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e sensibilizar a comunidade para o combate à violência doméstica.

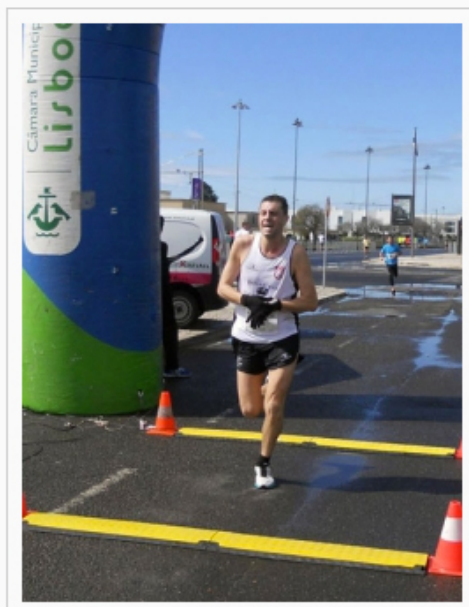
Em 2012, a APAV registou 20 311 crimes, o que representa um aumento de 8,8%, comparativamente aos 16 972 casos do ano anterior. Do número total de vítimas, 646 são homens.

A inscrição na corrida custa 7 euros, que revertem integralmente para a associação, e pode ser feita através do site [www.corrida-iscpsi-apav.net](http://www.corrida-iscpsi-apav.net), dos telefone 213 613 900 ou nas instalações do ISCP/ISCI.



domingo, 17 março 2013 17:28

## 10ª Corrida de Solidariedade APAV



*rb running*

### **Luís Pinto e Sandra Teixeira triunfam**

Ele conquistou o quinto triunfo ela já vai no sexto... consecutivo!

Desde 2004, de forma ininterrupta, em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna tem vindo a organizar esta prova de atletismo, já de referência nacional, à qual está associada uma caminhada que denominamos de marcha das famílias. Este ano, pelas ruas da cidade de Lisboa, terá lugar a 10ª edição da Corrida, sob o lema Correr para Ajudar.

Este ano assistiu-se aos triunfos de Luís Pinto (cinco títulos alternados) e Sandra Teixeira (seis títulos consecutivos), com esta a chegar entre os 10 primeiros da geral.

A prova registou 404 chegados (com mais umas dezenas na caminhada), menos ainda que no ano passado, numa baixa preocupante a que não é alheia a falta de divulgação do evento.

Consulte os [RESULTADOS PROVISÓRIOS \(GERAL\)](#).



**CORRIDA DE SOLIDARIEDADE**

■ **Lisboa.** Centenas de pessoas participaram ontem numa corrida de solidariedade, de 10 km, entre Alcântara e Belém, promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



# 30 mil mulheres queixaram-se mas só 66 pediram apoio ao Estado

**Maus tratos.** Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes Violentos recebeu 157 pedidos em 2012, mas poucos são de violência doméstica



A polícia registou 30 mil queixas no ano passado de agressões domésticas

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

No ano passado, as polícias receberam 30 mil queixas de violência doméstica. Porém, apenas 66 mulheres recorreram à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes Violentos e Violência Doméstica para pedirem um adiantamento ao Estado. Ou seja: menos de 1% do total de queixas. Esta é uma das conclusões do relatório da comissão, relativo a 2012, que já foi entregue à ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, para ser validado.

"A maioria das vítimas destes casos não têm sequer ainda conhecimento que podem pedir este apoio do Estado", diz o procurador Jorge Esteves. "Apenas as casas de abrigo para onde vão algumas mulheres é que têm essa iniciativa", explica. Cecília Loureiro, da UMAR (União de Mulheres, Alternativa e Resposta), subscreeve: "Tem havido muito pouca divulgação deste tipo de ajuda. Ainda

mais porque há muitas mulheres que nem reconhecem o estatuto de vítima, quanto mais que têm direito a uma ajuda", explica a técnica, em declarações ao DN.

Segundo a lei, qualquer vítima de crime violento, de violência doméstica ou algum familiar de vítima de homicídio pode pedir um adiantamento ao Estado para cobrir os danos materiais e morais causados e que será depois devolvido, caso a vítimas venham a receber indemnização por via dos tribunais (ver coluna ao lado).

A maior parte destes pedidos que chegaram à comissão no ano passado foi encaminhada através das casas de abrigo que ajudam mulheres vítimas de violência conjugal e que tenham saído de casa, diz o mesmo relatório. "A verdade é que os requisitos que se exigem por reduzir as hipóteses: ter apresentado queixa, ter saído de casa, não ter uma nova relação e ter rendimentos mínimos ao salário mínimo nacional", explica uma

fonte da PSP que preferiu o anonimato. "Mais ainda porque as mulheres que chegam às casas de abrigo já não voltam atrás, mas as que fazem queixas-crime muitas vezes regressam a casa quando se apercebem da situação financeira em que ficariam se ficassem sem os maridos", diz a mesma fonte.

A comissão recebeu ainda 91 pedidos de apoio de vítimas de crimes violentos: 25 de vítimas indiretas do crime de homicídio, 25 relativas a ofensas graves à integridade física, 22 casos de ofensas à integridade física simples, cinco casos de violação e oito de abuso sexual de menores. Feitas as contas, o Estado adiantou um milhão de euros às vítimas de crimes violentos e de maus tratos em 2012 (ver texto ao lado).

A 31 de dezembro, encontravam-se pendentes na comissão 280 processos relativos a vítimas de crime violento e 47 relativos a vítimas de violência doméstica, num total de 327. No ano passado entraram menos 37 processos.

## P&R

### Quem tem direito a pedir esta indemnização antecipada?

As vítimas do crime de violência doméstica ou de crimes violentos podem beneficiar de um adiantamento pelo Estado das indemnizações devidas pela prática deste tipo de crimes – maus tratos, violação, ofensas físicas graves – se ficarem em grave situação de carência económica. Os familiares das vítimas de crime de homicídio também o podem fazer.

### Quem pode fazer o requerimento?

A vítima, a associação de proteção à vítima (por solicitação e em representação desta), familiares de vítimas de homicídio ou ainda o Ministério Público.

### Quais os requisitos para os casos de violência doméstica?

Ser vítima de crime de violência doméstica, ter apresentado queixa na polícia, ter saído de casa, não estar já numa nova relação, ter rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional e ainda que o crime tenha ocorrido em território português.

### E para os casos de crimes violentos?

Que o crime tenha ocorrido em território português, que a lesão tenha provocado uma incapacidade temporária de pelo menos 30 dias ou permanente, que o facto tenha provocado perturbação na qualidade de vida da vítima e que não tenha havido ainda condenação do agressor.

### O Estado pode pedir o dinheiro de volta?

Quando a vítima, posteriormente ao pagamento da indemnização, obtiver uma reparação efetiva do dano sofrido, a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes Violentos pode exigir o reembolso das importâncias recebidas.

### Por quanto tempo pode a vítima receber este valor?

Nos casos de violência doméstica pode receber durante seis meses. Nos casos de crimes violentos, é uma prestação única.

### De que crimes estamos a falar?

Além do crime de violência doméstica, todos os crimes contra a vida, integridade física, contra a liberdade sexual, mas cuja pena seja igual ou superior a cinco anos.

## Ajuda do Estado no total de um milhão de euros

**VALORES** No total, o Estado atribuiu no ano passado quase um milhão de euros em adiantamentos de indemnizações. Este valor representa o triplo do atribuído no ano anterior, cerca de 340 mil euros.

Segundo o Ministério da Justiça, às vítimas de violência doméstica foram atribuídos uma média de 1449,24 euros, mais do dobro do valor registado no ano anterior (cerca de 615 euros), num total de 95 mil euros. No ano anterior, às vítimas de maus tratos em contexto conjugal foram atribuídos 37 mil euros durante o ano.

A estes juntaram-se os restantes 902 mil euros, distribuídos por 49 vítimas de crimes violentos, com um valor médio 18 420, 186 euros a cada um. Este valor corresponde ao triplo do atribuído no ano anterior às 46 vítimas que tiveram direito a um valor médio de 6500 euros.

Para receber esta prestação, a vítima terá de auferir o ordenado mínimo nacional de 485 euros.

## Crianças sem mãe pedem dinheiro

**HOMICÍDIO** Dos 91 processos recebidos pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes Violentos e Violência Doméstica, 25 foram pedidos de vítimas indiretas de crimes de homicídio. A esmagadora maioria – 19 casos – vem de menores que viram as mães morrer nas mãos dos pais, no decorrer de situações prolongadas de maus tratos conjugais.

A maioria dos casos passou-se em famílias de baixo estrato social, distribuídas pelo País e em que as crianças têm entre dois e dez anos. Apenas em duas situações os filhos já eram maiores de idade. Neste caso, como os filhos já não se encontravam dependentes financeiramente dos pais, os processos foram arquivados e não foi atribuída nenhuma indemnização. Já os menores ficaram sem mãe, mas também privados do pai, que entretanto foi detido. Acabaram por ficar a cargo dos avós maternos, à exceção de um, que foi para uma instituição.

## PERFIL

### JOVENS POUCO INSTRUÍDOS

➤ **Maioria dos pedidos** – 55 em 66 – recebidos pela comissão relativos a violência doméstica foram de mulheres dos 18 aos 35 anos, apenas com o nível de escolaridade obrigatório e que foram mães antes dos 18 anos.

### IMPOTÊNCIA SEXUAL

➤ **Dois das vítimas** sofreram lesões de tal forma graves que tiveram de ser submetidas a várias intervenções cirúrgicas. Dois homens atingidos no baixo ventre ficaram sem possibilidade de qualquer atividade sexual para a vida.

### HOMENS VÍTIMAS DE ROUBO

➤ **Em 25 processos** de vítimas diretas de ofensas à integridade física grave, 17 foram homens em situações que resultaram de crimes de roubo em assaltos à mão armada, a bombas de gasolina, supermercados e ourivesarias.

### VIOLAÇÃO

➤ **Cinco processos** dizem respeito a vítimas de violação, três destes foram as vítimas do violador de Telheiras. As outras são uma mulher de 26 anos – atacada a caminho de casa – e uma de 30 anos, assaltada e violada.

### CLASSE ALTA

➤ **Dois mulheres** de classe alta, com 41 e 49 anos, licenciadas e com mestrado, queixaram-se de que a Segurança Social não as levou a sério porque estavam demasiado bem vestidas e acharam que a história era mentira.





## Opinião

## Violência doméstica, sobre a mulher

**Manuel Prior**  
Licenciado em  
Enfermagem



Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui maus tratos, abuso sexual de mulheres, crianças, violência entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tais como privação arbitrária da liberdade, exploração sexual e económica. Maioritariamente é dirigida às mulheres, mas também atinge directamente ou indirectamente crianças, idosos, deficientes e outras pessoas vulneráveis.

A violência ainda hoje faz parte integrante da vivência de muitos lares, levando muitos autores a afirmar que a casa, a residência ou o lar são dos lugares mais perigosos da sociedade moderna, por isso é uma situação muito difícil de combater; os números da violência doméstica continuam a aumentar em Portugal. O medo, a vergonha, a dependência económica e a preocupação com os filhos são as principais dificuldades sentidas pelas vítimas. Uma grande dificuldade é o facto de não existirem testemunhas ou a existirem, estas nem sempre aceitarão prestar o seu depoimento ou testemunho, não se querem envolver em problemas familiares, pois apercebem-se do seu carácter cíclico e do velho ditado “entre marido e mulher não metas a colher”.

O ciclo de violência doméstica passa por 3 fases: 1º - Em que a crise se desencadeia, há um

aumento de ansiedade e de discussões, 2º - Episódio agudo com a explosão de violência, 3º - Chamada “lua-de-mel” em que surge o arrependimento e as promessas de não voltar a acontecer. Estas fases vão-se sucedendo em espiral, com episódios cada vez mais agudos e intensos em que a vítima deixa de acreditar na mudança.

É muito comum as mulheres vítimas de violência subestimarem-se e construírem a ideia de que tudo o que se passa é por culpa delas, o seu amor-próprio vai sendo destruído num processo lento e extremamente doloroso. Normalmente estas mulheres estão sujeitas a controlos rígidos da sua mobilidade, os maridos ou companheiros recorrem a medidas extremas para impedirem que elas obtenham ajuda. É normal este tipo de marido ou companheiro acompanharem-nas quando elas recorrem a instituições de saúde para procurarem tratamento a ferimentos resultantes de agressões e violência, com a presença deste a denúncia não é feita.

Muitas destas mulheres têm dificuldade em encarar a monoparentalidade com todas as dificuldades que daí advêm. Apesar desta situação ter evoluído no sentido positivo ainda muito pouco, já existem queixas apresentadas, embora mais de metade retiradas e das que chegam ao fim só uma ínfima parte dos agressores é que são condenados, o que deixa nas vítimas o travo amargo de que se valeu a pena apresentarem queixa.

A faixa etária mais afectada é entre os 26 e os 45 anos. Normalmente fazem parte de famílias nucleares, dependentes de fármacos, o agressor é do sexo masculino e tem idade entre 25 e 45 anos vivendo uma relação conjugal com a vítima e revela por vezes (quase sempre) dependência do álcool. Os distritos com maior inci-

dência são Lisboa, Setúbal, Faro e Bragança, atinge todas as classes sociais, e é actualmente a 2ª causa de morte nas mulheres portuguesas, é um problema essencialmente cultural, existe uma grande desatenção por parte dos governos e das entidades oficiais em relação à prevenção e protecção das vítimas.

Os testemunhos das mulheres são tidos como pouco credíveis pela sociedade, estas muitas vezes e por isso sentem-se prisioneiras, isoladas no seu mundo de violência, passando muitas vezes de vítimas a acusadas, muito poucas se mostram credíveis quanto à sua libertação deste seu mundo e de que os agressores venham a ser punidos, suportam o insustentável na convicção de que estão a proteger os filhos, ignorando que ao fazê-lo alguns deles também vão ser agressores.

É necessário lidar com este problema de uma forma profissional, contínua e cuidada, daí magistrados, advogados, polícias, enfermeiros, médicos, as. sociais e psicólogos fazerem parte de equipas multidisciplinares normalmente envolvidas nestes casos.

A nível social, os custos decorrem das participações com a justiça, com “casas de abrigo”, e de instituições de apoio à vítima como a APAV e outros, existem números telefónicos gratuitos de apoio a estas situações.

A nível de saúde, decorrem da utilização dos serviços hospitalares, centros de saúde, médicos particulares, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos e outros. Por vezes, estes actos de violência aumentam o risco de a mulher vir a ter outros problemas de saúde, nomeadamente dores crónicas, incapacidades físicas, depressões, abuso de álcool, de drogas, etc.

Os profissionais de saúde têm um papel crucial para lidar com a violência contra as mu-

lheres, pois estão em posição privilegiada para reconhecer as vítimas de violência e ajudá-las, no entanto muitas vezes essa ajuda não chega a tempo, ou mesmo a gravidade da situação não é reconhecida pelos profissionais ou estes não sabem como abordá-la. Quando a mulher solicita ajuda o profissional de saúde deve apoiá-la, ouvi-la e encaminhá-la. Este tema deve ser abordado demonstrando compreensão pela vítima envolvendo-a em ambiente próprio, considerando-a como um todo e não só pelos sintomas que apresenta, documentando lesões, declarações e encaminhando-a para os serviços médicos e sociais. Os profissionais devem consciencializar a mulher de que a violência é inaceitável e que nenhuma, mas mesmo nenhuma mulher, merece ser espancada, sofrer abuso sexual ou sofrimento emocional. No entanto, sozinhas não podem mudar o meio social, por isso devem aceitar ajuda.

As mulheres vítimas quando em presença dos profissionais de saúde e não são questionadas sobre as evidências sentem por parte destes desinteresse, a reacção de indiferença aumenta a sensação de isolamento e auto-recreinação da mulher, um simples acto pode fazer a diferença.

Nunca se deve perder a oportunidade de a questionar, claro que com respeito e profissionalismo, atenção e confidencialidade perante os sinais de maus-tratos.

Deve-se ter sempre em conta que os heróis não são os agressores e que às mulheres nestes casos deve-se dar sempre o maior apoio e ajuda possível, pois ninguém merece viver debaixo de um tecto com um doente agressivo.

A agressão em ambiente familiar é claramente um caso patológico e um crime público. ◀





Alunos da Secundária da Lagoa vão actuar no Coliseu Micaelense

**PSP e APAV unidas no projecto**

## **“Fica Calmo e Pede Ajuda” em teatro**

No próximo dia 21 de Março a APAV Açores e a Polícia de Segurança Pública vão apresentar o projecto Fica Calmo e Pede Ajuda. A apresentação terá lugar no Coliseu Micaelense, às 10h30.

Este projecto consiste num espectáculo que junta teatro e música a uma vertente de sensibilização, sendo dirigido aos alunos das várias escolas de São Miguel, sobre os comportamentos de risco e situações de crime que podem atingir os mais jovens.

Serão assim apresentadas três peças de teatro sobre três temáticas essenciais: Violência no Namoro, Bullying e Consumo de Drogas.

Os actores das peças são alunos da Escola Secundária de Lagoa e os guiões foram escritos pela equipa da Escola Segura da Esquadra PSP de Ponta Delgada.

# “Fica Calmo e Pede Ajuda” alerta jovens para sinais de violência

Projeto da APAVT Açores e da PSP alia teatro e música para sensibilizar os jovens para sinais de violência no namoro e na escola

PAULA GOUVEIA/JOANA MELO  
acorianooriental@acorianooriental.pt

O Coliseu Micaelense abriu portas à apresentação do projeto “Fica Calmo e Pede Ajuda”, uma parceria entre a APAV Açores (Associação de Apoio à Vítima) e Polícia de Segurança Pública (PSP).

O projeto consiste num espetáculo que junta teatro e música a uma vertente de sensibilização direcionada aos jovens, com a intenção de “alertar para a existência de



Peças lúdico pedagógicas apresentadas ontem no Coliseu Micaelense

alguns sinais que poderão indicar a existência de uma situação de crime”, explica Sílvia Branco, gestora do gabinete da APAV em Ponta Delgada.

Deste modo foram apresentadas três peças de teatro sobre a Violência no Namoro, Bullying e Consumo de Drogas, encenadas pelos alu-

nos da Escola Secundária de Lagoa, sendo que os guiões foram escritos pela equipa da Escola Segura da Esquadra PSP de Ponta Delgada.

A iniciativa reuniu cerca de 200 alunos dos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, abrangendo escolas do terceiro ciclo, escolas secundárias e o Cen-

tro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Sílvia Branco garante contudo que este projeto não se limitará ao palco do Coliseu, adiantando que “a nossa intenção é proporcionar visualizações destas peças lúdico pedagógicas a todos os concelhos da ilha”.

O superintendente da PSP, Barros Correia, afirma que este é um projeto importante na medida em que se enquadra na “nossa filosofia de atuação, particularmente no domínio da prevenção, porque mais importante do que reprimir é prevenir”, explica, acrescentando que “temos de trabalhar cada vez mais em prol de um futuro melhor e mais seguro”.

O espetáculo contou com a presença do músico Nuno Machado que fez o acompanhamento musical ao vivo. ♦



O antigo jogador é suspeito de agressões à mulher e de a ter obrigado a manter relações sexuais pelo menos uma vez por semana – mesmo depois do divórcio. **Por Sara Capelo**



**C**hegou ao Hospital de São Bernardo com uma costela partida, mas não disse ao médico que fora agredida pelo marido, o então futebolista do Vitória de Setúbal Sandro Mendes. Contou-lhe que caíra. Só nove anos depois, em Novembro de 2011, a Polícia Judiciária (PJ) começou a investigar a hipótese de naquela ocasião ter sido vítima de violência doméstica. Ele, alegadamente, tinha-se enfurecido porque ela não limpava o cotão por baixo do sofá.

Não teria sido a primeira vez que a agrediu, de acordo com os relatos recolhidos pela PJ, que a 12 de Março o deteve em casa. Sandro Mendes é suspeito de violência doméstica reiterada, sequestro e coacção sexual. Foi ouvido por um juiz, que o constituiu arguido, e está agora com uma pulseira electrónica. Através do advogado, Sandro Mendes recusou responder à SÁBADO. “Os eventuais factos que possam ter sido imputados ao meu constituinte poderão não ser verdadeiros e resultam, unicamente, de uma versão que, obviamente, necessita de ser confirmada”, disse Rui Chumbita Nunes por email.

A investigação da PJ iniciou-se depois de 17 de Novembro de 2011, quando Sandro Mendes já se tinha separado da mulher. Nessa data, segundo os relatos recolhidos, ela estaria em casa de um amigo quando ele lhe terá ligado a acusá-la de andar com outros homens. Os dois ter-se-ão encontrado nessa noite: eram 3h11 quando ele terá chegado à porta de casa dela, em Setúbal, no seu BMW, para conversarem. Logo que ela entrou na viatura, ele terá arrancado a alta velocidade para a Figueira da Foz, onde o então futebolista representava a Naval, e durante a viagem ter-lhe-á puxado o cabelo e batido com a cabeça em várias partes do carro.

Já na Figueira, a alegada vítima terá sido trancada à chave num quarto e sujeita a novas agressões (até com uma faca de cozinha) e ameaças (como a de ficar sem a filha de 9 anos). No dia seguinte, terão ido ao hospital, de onde Sandro terá seguido para o treino da Naval, deixando a ex-mulher no

## Terá batido na mulher por o chão ter cotão. No hospital ela disse aos médicos que caíra

carro e sem o telemóvel. Mais tarde, quando a mãe desta lhe ligou, Sandro tê-la-á obrigado a dizer que estava tudo bem. Ele saberia também as suas palavras-passe e leria os seus emails e conversas no Messenger.

O antigo médio luso-cabo-verdiano é ainda suspeito de ter obrigado a mulher a ter

relações sexuais pelo menos uma vez por semana. Mas os amigos, contactados pela SÁBADO, negam que ele seja violento.

**SANDRO MIGUEL LARANJEIRA** Mendes, que nasceu em Setúbal a 4 de Fevereiro de 1977, iniciou-se n’Os Pelezinhos, um clube sediado nas traseiras do Estádio do Bonfim. Jogava também com os amigos do bairro da Bela Vista, onde vivia: faziam as balizas com pedras e chegaram a partir vidros em certos lances. Foi a esse bairro que um colega o foi buscar depois de vários dias sem aparecer nos treinos. Percebeu que tinha um problema familiar.

Em 1995, Sandro estreou-se na equipa principal do Vitória de Setúbal, que representava desde os 12 anos. Na época seguinte foi contratado pelo clube espanhol Hércules – só voltaria a Setúbal em 2000 depois de passar pelo Villarreal e pelo Salamanca. Depois de partilharem quarto nas camadas jovens da selecção, Rogério Brito cruzou-se com ele em Salamanca. Faziam batota a jogar lerpa e, segundo Rogério, Sandro era tímido mas brincalhão. No balneário, por exemplo, escondia-lhe as botas. Já Jorge Santana da Silva, que foi presidente do Vitória, agradece a ajuda que ele lhe deu quando outros se revoltaram com as dificuldades financeiras do clube.

Agora Sandro é suspeito de, em 2004, ter agredido a mulher, grávida de dois ou três meses: numa discussão, ter-lhe-á apertado o pescoço até ela começar a perder a consciência. Um ano depois Sandro terá imposto a meia-noite para a mulher regressar de uma saída com uma amiga. Ela recusou e ele tê-la-á agarrado pelos cabelos e arrastado para dentro de casa onde, alegadamente, lhe deu um murro. A mulher caiu sobre a televisão do escritório e partiu-a. ●

## A violência ao detalhe

Dados entre 2001 e 2011

76.582  
queixas

68.751  
foram de  
mulheres

68.770  
homens foram  
autores do crime

Em  
39.352  
casos...

7.543  
...vítima  
e agressor  
tinham  
relação  
conjugal

Dados de 2013  
Pessoas  
em prisão  
domiciliária  
por crimes de  
violência  
doméstica

99  
30

Mulheres assassinadas em  
contexto de violência doméstica

2002 foi o ano  
com mais casos

Fonte: APAV e Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR





A UMAR está preocupada com os efeitos da crise

## Agressões a mulheres envolvem “mais brutalidade”

### Crime

Andreia Sanches

**Homicídios conjugais em 2012 aumentaram 37%. Esta semana, uma grávida de oito meses terá sido morta pelo marido**

Há “um aumento da brutalidade da violência” contra as mulheres, com tentativas de homicídio que envolvem, muitas vezes, “a conjugação de diferentes armas”. E com “a existência de graves lesões” que, frequentemente, incapacitam as vítimas para sempre.

Quem o diz é Elisabete Brasil, do Observatório das Mulheres Assassinadas, da associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). A preocupação foi manifestada ontem, dia em que a Polícia Judiciária (PJ) comunicou a detenção de um homem de 34 anos por suspeita de homicídio da mulher — uma grávida de oito meses. A vítima foi atingida “com golpes de diversos objectos de uso doméstico”, diz um comunicado da PJ.

Elisabete Brasil está ainda preocupada com outro fenómeno: cada vez mais mulheres chegam à UMAR, em situação de grande risco, mas dizem que não podem sair de casa e entrar numa casa-abrigo, como deveriam, para se proteger, porque não querem correr o risco de perder o emprego. “A crise está a afectar a decisão das mulheres de saírem das relações violentas. As mulheres dizem: ‘Com o desemprego como está, não posso arriscar abandonar tudo e começar do zero.’”

Menos de 10% dos homicídios em

Portugal são cometidos por pessoas estranhas às vítimas. A maioria acontece “em contexto relacional” e um terço são mesmo classificados como homicídios conjugais, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI).

O documento regista, em 2012, 37 homicídios conjugais consumados — mais dez do que no ano anterior, o que representa um aumento de 37%. Em compensação, as queixas de violência doméstica diminuíram 10% (para 26 mil participações). Incluem situações diversas, de filhos que atacam pais (4108 ocorrências) a agressões entre marido/mulher ou entre companheiros (18.264). Em 82% dos casos, as vítimas são mulheres.

O Observatório das Mulheres Assassinadas também compila dados, mas através das notícias que são publicadas pela imprensa portuguesa, sobre mulheres mortas — não apenas pelos maridos; são analisados todos os casos em que os homicidas são alguém com quem a vítima mantinha “uma relação, fosse ela de casamento, união de facto, namoro ou outro tipo de relação de intimidade” e ainda ex-maridos ou ex-companheiros. Resultado: 40 homicídios no ano passado e 52 tentativas de homicídio. É um aumento em relação a 2011, mas Elisabete diz que nota que há anos em que o fenómeno não se verifica: nuns anos os casos sobem, noutros descem, sem que haja uma tendência de evolução clara.

O caso da mulher grávida morta esta semana revela algo que é frequente nestas situações: “A vítima e o autor mantinham uma relação de conflitualidade permanente, traduzida na ocorrência de vários episódios de violência doméstica”, afirma a PJ.





## Olha por Valter Vinagre

O fotógrafo Valter Vinagre apresenta *Olha*, uma exposição que reúne um conjunto de trabalhos que pretende “retratar o universo das vítimas de crime em Portugal”. As fotografias resultam de uma colaboração com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e podem ser vistas, até 14 de Abril, na Galeria Torreão Nascente da Cordoaria Nacional, em Lisboa. De terça a sexta, das 10h às 18h; sábado e domingo, das 14h às 18h. A entrada é gratuita.